

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ – CAMPUS DE CAICÓ
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DO CERES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – BACHARELADO

Bruno Oliveira Dantas

**A CASA FORTE DO CUÓ, AS ESCOLAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: O
(DES)INTERESSE NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE
CAICÓ-RN**

CAICÓ
2015

Bruno Oliveira Dantas

**A CASA FORTE DO CUÓ, AS ESCOLAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: O
(DES)INTERESSE NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE
CAICÓ-RN**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de História do Ceres da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em História.

Área de habilitação:

Orientador: Prof. Dr. Antônio Manoel Elíbio Junior

CAICÓ
2015

Bruno Oliveira Dantas

**A CASA FORTE DO CUÓ, AS ESCOLAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: O
(DES)INTERESSE NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE
CAICÓ-RN**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de História do
Ceres da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel(a) em História.

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Rafael Scopacasa - UFRN

Dra. Juciene Andrade- UFRN

Dr. Antônio Manoel Elábio Junior - UFRN (orientador)

AGRADECIMENTOS

Durante esses quatro anos e meio de graduação vivenciei experiências das mais diversas. Das barreiras que tive que superar ao engrandecimento intelectual, devo muito ao auxílio prestado pelas pessoas que estavam próximas durante essa minha trajetória. Foi graças a esses, amigos, professores e familiares, que me incentivaram e apostaram em minha capacidade, que consegui finalmente alcançar minha graduação. É claro que esse é só o primeiro passo do vastíssimo caminho da carreira acadêmica, e ainda existem muitas outras adversidades a serem sobrepujadas, mas acredito que uma conquista, por menor que seja, deve ser sempre motivo para comemoração e felicidade, sentimento que sinto nesse momento. Mesmo para o indivíduo mais capaz e brilhante, o auxílio de outras pessoas é essencial para a se chegar à posição almejada, pois acredito que não exista ninguém tão autossuficiente ou apático ao mundo que não tenha a quem creditar, o mínimo que seja, a realização de um feito. Como estou longe de ser uma pessoa brilhante, tive que contar com muita ajuda e paciência das pessoas que me cercam a quem nutro extremo carinho e gratidão.

É impossível listar todas as pessoas que me ajudaram na confecção dessa monografia, mas gostaria de frisar o nome de algumas pessoas a quem devo maior gratidão, por isso, peço que me perdoem os amigos que não tiveram seus nomes citados nesse texto, por favor, não façam mal juízo de minha pessoa por isso. Como esse espaço é menos rígido fugirei das formalidades que são requeridas pelos trabalhos científicos tratarei de forma pessoal a todos os amigos mencionados.

A primeira das pessoas que citarei, será uma a quem devo muito, minha mãe Gilza. Durante toda a sua vida ela me deu muito amor e trabalhou de corpo e alma para que eu me torna-se uma pessoa decente, espero estar fazendo jus aos seus esforços. Obrigado!

Prosseguindo, gostaria de agradecer a quatro amigos em especial, que são responsáveis pela minha trajetória acadêmica. A Joalissom, um amigo/irmão, que sempre me incentivou e acreditou em meu potencial, mesmo quando eu duvidava; espero poder te retribuir um dia meu caro. Em seguida a Fernando, que com suas ideias e perspectivas, me ensinou a ser uma pessoa mais crítica e a olhar com outros olhos os discursos repetitivos que são amplamente difundidos hoje em dia. Mesmo que eu não concorde com tudo que você diz, sua forma de ver e pensar o mundo me inspirou. E finalmente a Terezinha e a Joadson, colegas de curso a quem tenho a honra de ter trabalhando e cultivando nossa amizade durante esses quatro anos. A todos vocês muito obrigado!

A uma pessoa muito especial em minha vida, dedico um espaço separado para agradecê-la, pois ela teve influencia direta na construção desse trabalho o no homem que sou hoje, muito obrigado Rosane, sem você eu não teria chegado até aqui e nem seria tão feliz.

Dos professores, sou grato a todos, mas em particular gostaria de agradecer ao meu orientado Elibio, que foi muito paciente com meus “desleixos”, poucos professores seriam tão tolerantes e sinceros quanto você. Ao professor Helder eu devo quase todo esse trabalho, graças a sua generosidade e atenção para com o aluno, muitas foram as contribuições por ele prestadas; com seu auxilio consegui vários materiais que foram cruciais para minha pesquisa, sem ele talvez não teria consegui finalizar essa monografia; considero você como meu coorientador, continue com seu excelente trabalho, obrigado.

Por ultimo, gostaria de demonstrar minha gratidão aos professores que forneceram as entrevistas, Max, Sueli, Esmeraldina e Jefferson. Foi graças a boa vontade de vocês, em dispensar um tempo em suas agendas corridas para me atender que me permitiu elaborar esse trabalho. Estou a disposição caso precisem de minha ajuda.

Desde já, peço desculpa por esse trabalho não estar ao tamanho de suas expectativas, mas até o momento foi o melhor que pude fazer, gostaria de dedica-los a todos vocês. Prometo que continuarei me esforçando até conseguir um feito que esteja a altura de vocês. Muito obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a Casa forte do Cuó, construção do século XVII situada na cidade de Caicó, e a relação da população caicoense para com esse patrimônio histórico. Para isso, procurou-se vislumbrar se os habitantes deste município tinham conhecimento da existência dessa estrutura, e observar como as instituições escolares e repartições dos Poderes Públicos trabalharam para difundi-la e preservá-la. Utilizou-se como método de pesquisa a História Oral, onde foram feitas entrevistas com professores deste município, e a História Serial, através da aplicação de questionários para alunos dos Níveis Fundamental e Médio. Este trabalho é relevante para o âmbito acadêmico devido ampliar as pesquisas e estimular novas publicações acerca da Casa forte do Cuó; sua relevância para a sociedade e a possibilidade de conscientizar a população de Caicó sobre a importância da preservação de seu patrimônio histórico. O recorte espacial adotado foi o da cidade de Caicó, concentrando-se em sua área urbana, já o recorte temporal deste trabalho não possui delimitação precisa, devido trabalhar na linha da história sincrônica. As bibliografias utilizadas são basicamente constituídas de artigos acadêmicos relacionados à Casa forte do Cuó e de obras que discutem o Patrimônio Cultural.

Palavras-chave: Casa forte do Cuó. Patrimônio cultural. Memória.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the Fort House of Cuó, construction of the seventeenth century in the city of Caicó, and the relationship of caicoense population towards this historic site. For this, we tried to envision if the inhabitants of this municipality were aware of the existence of this structure, and observe how the educational institutions and offices of public authorities worked to spread it and preserve it. It was used as research methods Oral History, where interviews were conducted with teachers of this municipality, and the Serial History, through the use of questionnaires to students of primary and secondary levels. This work is relevant to the academic environment due expand research and stimulate new publications about the Fort Cuó House; its relevance to society and the possibility to raise awareness of Caicó about the importance of preserving its historical heritage. The spatial area adopted was the city of Caicó, focusing on its urban area, since the time frame of this work does not have a clear definition, due to work in the line of synchronic history. Bibliographies that have been used are basically made up of academic papers related to Fort House of Cuó and works that discuss the Cultural Heritage.

Keywords: Fort Cuó House; Cultural heritage; Memory

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A CASA FORTE DO CUÓ.....	12
1.1 As casas fortes no contexto do Brasil colônia.....	12
1.2 A Casa forte do Cuó e a capela de Nossa Senhora de Santana do Vale do Acauã	13
1.3 A lenda do vaqueiro e a formação de Caicó.....	19
1.4 A bibliografia em torno da Casa forte do Cuó.....	20
2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PRESERVAÇÃO DA CASA FORTE DO CUÓ	24
3. O PAPEL DAS ESCOLAS NA APRESENTAÇÃO DA CASA FORTE DO CUÓ ...	36
3.1 Trabalhando com as entrevistas e os questionários	38
3.2 A discussão do patrimônio cultural nas escolas entre professores e alunos.....	39
3.3 As dificuldades de trabalhar a história e o patrimônio cultural de Caicó em sala de aula	45
3.4 A ausência da Casa forte do Cuó na memória do caicoense.....	50
3.5 Casa Forte do Cuó: entre a história e a memória.....	51
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS	61

INTRODUÇÃO

A Casa forte do Cuó é uma construção datada do século XVII, construída durante o período da ocupação portuguesa nos territórios de sua colônia nas Américas. A principal função dessa casa forte foi servir de abrigo para os colonos e de fortificação no combate contra as tribos indígenas, que se rebelavam contra esse processo de interiorização. Esta estrutura sobreviveu até a primeira metade do século XVIII, período em que as lutas com os nativos haviam cessado.

Embora os registros a respeito da sua existência tenham sido encontrados desde o início do século XX, foi somente nos anos oitentas desse mesmo século que o pesquisador Olavo de Medeiros Filho deduziu por intermédio de suas pesquisas que, muito possivelmente, as ruínas dessa antiga estrutura se localizariam na cidade de Caicó, no interior do hoje Estado do Rio Grande do Norte. Essa construção, segundo Medeiros Filho, teria sido a primeira edificação construída no território de Caicó, podendo ser considerada o marco inicial deste município, que foi o primeiro núcleo de aglomeração populacional desta região.

A suposição levantada por Medeiros Filho ganhou repercussão no meio acadêmico com o passar dos anos, onde alguns historiadores escreveram artigos e teses seguindo essa linha de pensamento. Embora sua relevância histórica seja notória, aparentemente são poucos os caicoenses que conhecem essa estrutura; a grande parte da população atribui a história de origem da cidade a relatos míticos como a lenda do vaqueiro, versão da gênese de Caicó que é amplamente conhecida por seus habitantes.

Em um primeiro momento, a sensação é de que a população de Caicó é totalmente alheia à Casa forte do Cuó, e desconhece todos os acontecimentos que as ruínas históricas representam. Porém, para dar embasamento a essa percepção mostrava-se necessária uma pesquisa, que permitisse analisar a relação dessa sociedade e sua herança histórica. Buscando dar continuidade aos estudos que envolvem essa casa forte e entender um pouco o vínculo da população de Caicó com esse patrimônio histórico, **procuramos analisar se a Casa forte do Cuó está realmente ausente da memória da população caicoense, tentando vislumbrar quais elementos poderiam favorecer (ou desfavorecer) esse fenômeno.** Para responder a esta questão central, foram elaborados dois objetivos específicos que por sua vez nos levaram a um trabalho de coleta de fontes. Essas fontes foram analisadas e seu conteúdo foi confrontado, isso possibilitou uma base para refletir sobre tal fenômeno.

O primeiro objetivo foi: **averiguar quais as medidas tomadas pelos Órgãos Públicos (entenda-se esse termo por Prefeitura e outras instâncias municipais como a**

Câmara dos Vereadores) para preservar e difundir para a população a Casa forte do Cuó. Foram utilizadas fontes escritas documentais existentes nos arquivos da Câmara dos Vereadores e da Prefeitura de Caicó para atingir essa finalidade; os documentos encontrados consistem em: projetos, atas de antigas reuniões da Câmara, leis e ofícios que se referem à Casa forte do Cuó em seu conteúdo. O objetivo foi entender, por meio da leitura e reflexão do conteúdo, qual a participação dos Órgãos Públicos no processo de salvaguarda dessa estrutura, e que tipo de atenção é dispensada para esse patrimônio por parte desses setores.

O segundo objetivo era **verificar de que forma a Casa forte do Cuó é apresentada para o caicoense, através do ensino escolar regional.** Para cumprir essa meta foram empregados dois métodos: a História Oral e a História Quantitativa. As fontes orais aqui utilizadas surgiram a partir de entrevistas realizadas com quatro professores do ensino Fundamental e Médio de idades variadas, entre os 25 aos 60 anos de idade, que trabalham ou trabalharam em escolas privadas e públicas no Município de Caicó. Procuramos descobrir com essas entrevistas as experiências desses professores em sala de aula – ou fora dela, através de aulas de campo, entre outros eventos e feiras escolares – e como eles abordam com seus alunos os temas: educação patrimonial¹, história estadual, regional, Guerra dos Bárbaros e a Casa Forte do Cuó. Buscou-se, dessa maneira, entender um pouco como os professores lidam com essas temáticas e quais são as dificuldades e recursos encontrados para cumprir tal tarefa. Dessa forma, tentou-se observar, através dos relatos por eles concedidos, se existem livros, apostilas, feiras ou alguma atividade escolar que envolva o aluno com elementos da história de sua cidade. Também foi indagado nessas entrevistas como anda o ensino da história regional com o advento do ENEM.

O material quantitativo recolhido para esta pesquisa foi originado por meio de questionários, mesclados com perguntas objetivas e abertas, aplicados junto aos alunos das redes de ensino do Município. Participaram tanto estudantes das escolas públicas quanto privadas; os níveis escolares destes variavam entre o 6º Ano do Ensino Fundamental até o 3º Ano do Ensino Médio. O objetivo dos questionários era que através das respostas desses discentes fosse possível criar um segundo quadro a respeito de como o estudo da temática da Casa forte do Cuó é desenvolvido nas escolas. Tal alternativa foi adotada para que o diálogo

¹A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>

nesse espaço não se desenvolvesse centrado somente nos relatos fornecidos pelos professores, dando voz aos alunos e permitindo que fosse possível confrontar as respostas obtidas dos questionários com as entrevistas dos discentes.

Outro elemento importante desse método reside no estudante; sendo este parte da sociedade, encontra-se também envolto pela cultura de sua cidade e de seu povo, representando um fragmento desse grupo tão amplo e diverso que é o cidadão caicoense. Assim, as respostas fornecidas pelos discentes nos questionários servem para entender como a população de Caicó enxerga a Casa forte do Cuó, já que para além do ambiente escolar esses indivíduos estão inseridos em outros espaços sociais.

Tanto os Órgãos Públicos e as Escolas do Município foram escolhidos, pois ambos têm como dever apresentar e preservar as estruturas e monumentos que sejam, ou possam ser, de interesse da população, viabilizando meios que possibilitem a integração dos mesmos com esses patrimônios. Além disso, esses setores devem promover medidas educativas para incentivar a própria população a participar dessa preservação.

Estes dois objetivos renderam três capítulos: o primeiro discute as bibliografias escritas a respeito desse patrimônio, além de descrever brevemente o contexto histórico dessa estrutura; o segundo e o terceiro apresentam os resultados obtidos através da coleta e análise das fontes, que depois de discutidas permitiram o cruzamento dos resultados, abrindo margem para discutir os fatores que poderiam ou não ter levado a Casa forte do Cuó a não estar presente na memória da população de Caicó. Para explicar tal fenômeno nos apoiamos na concepção de memória coletiva do autor Pierre Nora e sua compreensão dos conceitos de História e Memória.

Esta pesquisa se justifica como relevante para a área acadêmica devido ao fato de apresentar, pela primeira vez, uma pesquisa que analisa a relação da população de Caicó com a Casa forte do Cuó por meio de fontes orais, quantitativas e documentais. Embora publicações como as de Alcides Brito Pereira júnior (2013), Danilo César da Silva e Joadson Vagner Silva (2013) tenham discutido em seus textos as relações do caicoense com a Casa forte do Cuó, eles não usaram nenhum tipo de fonte que possibilitasse esse diálogo; diferindo disso, esta pesquisa trabalhou com métodos historiográficos que propiciaram análise e cruzamento das informações das fontes, que dão respaldo às afirmações aqui contidas.

Socialmente essa pesquisa também se justifica, pois discute sobre um patrimônio pertencente aos caicoenses e a temas que podem interessar essa população, como por exemplo: preservação e educação patrimonial, trabalho das escolas no Ensino de História do município e do Estado, ações do Poder Público na manutenção dos bens públicos. Assim, esta

monografia pode servir tanto para o campo acadêmico como para a esfera social no que tange as políticas preservacionistas.

O objetivo deste trabalho não é esgotar totalmente o assunto acerca do tema aqui tratado, e nem discutir todos os fatores que poderiam ter eclipsado a Casa forte do Cuó, pois acreditamos que isso seja uma atividade impossível, tanto pela dimensão do trabalho que é limitada em sua estrutura e também pelas diversidades de fatores produzidos pela sociedade envolvida, que são extremamente variáveis e inumeráveis, tornando tal tarefa impossível.

1. UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A CASA FORTE DO CUÓ

Com o fim da dominação holandesa em 1654, das terras referentes hoje ao Nordeste brasileiro, Portugal percebeu que seria prudente fazer uma ocupação efetiva das regiões do interior de suas Capitanias do Norte, para impedir possíveis novas invasões por parte de povos estrangeiros e para firmar as fronteiras que dividiam os territórios de domínio português com a colônia espanhola nas Américas (SOARES; MOURA FILHA, 2013, p.3). Dessa forma, iniciou-se um processo de distribuição de sesmarias para os colonos dispostos a ocupar essas terras, onde deveriam trabalhar com a criação de gado para exportação destinada aos engenhos do litoral.

Embora os povos estrangeiros houvessem abandonado as terras da colônia portuguesa, outro obstáculo se fazia pertinente e impediria o avanço do colono ao interior da capitania. Os nativos dessas regiões se voltaram contra os colonizadores e ofereceram resistência a essa interiorização. As lutas entre indígenas e colonos passaram a ser denominadas pela historiografia como “Guerra dos Bárbaros”, e duraram da segunda metade do Século XVII até o início do século XVIII (PUNTONI, 1998).

Os principais locais onde ocorreram os conflitos em questão situam-se na faixa territorial correspondente ao “Recôncavo Baiano (segunda metade do século XVII); nos Sertões da Capitania de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará (em fins do século XVII e primeira metade do século XVIII); e no Sertão do Maranhão e Piauí (no século XVIII)” (SOARES; MOURA FILHA, 2013, p. 5).

Para combater os indígenas, que teimavam em defender seus territórios, foram convocados grupos militares, denominados de *terços*, advindos de várias regiões da colônia, em especial da Capitania de São Paulo. Como reforços para essas contratações, foram erguidas “casas fortes”, em pontos estratégicos das regiões interioranas, para servirem de defesa contra os nativos e de abrigo militar para as tropas (SILVA, 2004).

1.1 As casas fortes no contexto do Brasil colônia.

As casas fortes são construções provenientes da península Ibérica, sendo registradas pela historiografia desde os séculos XIV e XV. Essas estruturas tinham como finalidade demarcar e (ou) expandir os limites territoriais dos *senhorios das terras domaniais*; proteger as fronteiras de possíveis invasões; abrigo para exércitos e servir como Residência Senhorial (SILVA, 2010, p.331).

Segundo Airon Silva, no continente Ibérico alguns tipos de casas fortes eram erguidas em formato de torre, com planta quadrada ou retangular, construídas com pedras e muros espessos – 01 (um) a 1,5 (um e meio) metros. Porém, as características fundamentais apontadas por esse autor para identificar as casas fortes seriam, principalmente: 1º Serem situadas na sua maioria nos espaços rurais e fronteiriços; 2º Estar localizada em uma área privilegiada tanto no aspecto geográfico (prestigiando com uma ampla visão do território ou dificultando a investida inimiga) quanto em relação aos recursos naturais (próximo a rios, riachos, campos, florestas, bosques e outras fontes de recursos para sustento humano e animal); 3º Usadas como marcos de dominação e possibilitando a conquista de novos territórios (SILVA, 2010, p. 332-333).

Em relação à utilização das casas fortes no Brasil, Airon Silva diz que a construção dessas estruturas se divide em dois momentos: o primeiro momento acontece em 1548, quando o Primeiro governador geral do Brasil determinou através de uma Ordem Régia, que todos os senhores de engenhos que recebessem terras deveriam construir casas fortes para proteger esses territórios; e em um segundo momento, quando as casas fortes foram novamente requisitadas em 1657 no atual Nordeste brasileiro, período pós-dominação holandesa, no qual se intensificam os conflitos com os nativos (SILVA, 2010, p.337). No caso dessas casas fortes construídas nas terras brasileiras, os registros não apontam quais as características arquitetônicas deveriam ser empregadas na construção dessas estruturas.

Tavares de Lira afirmou que na Capitania do Rio Grande existiram nove casas fortes, no final do século XVII, sendo considerado por esse autor os engenhos de açúcar de Cunhaú, Goianinha, Mipibú, Guaíras, Utinga e Aldeia de São Miguel, como construções desse tipo, e os postos de Tamatanduba, Potengi e Cuó, situadas nas ribeiras dos rios (LIRA, 1920 *apud* SILVA, 2004, P.6). No entanto, esta pesquisa não discutirá todas as fortificações e arraiais aqui mencionados, limitando-se somente a trabalhar a Casa forte do Cuó.

1.2 A Casa forte do Cuó e a capela de Nossa Senhora de Santana do Vale do Acauã.

Acredita-se que a Casa forte do Cuó tenha sido construída durante a segunda metade do século XVII, por volta do ano de 1683 – esta data aparece em menções a respeito da casa forte, registrada em documentos do século XVI, XVII e XVIII, pertencentes ao antigo Cartório de Pombal, encontrados na Biblioteca Pública de Carnaúba dos Dantas no ano de 1996 (MEDEIROS FILHO, 1984).

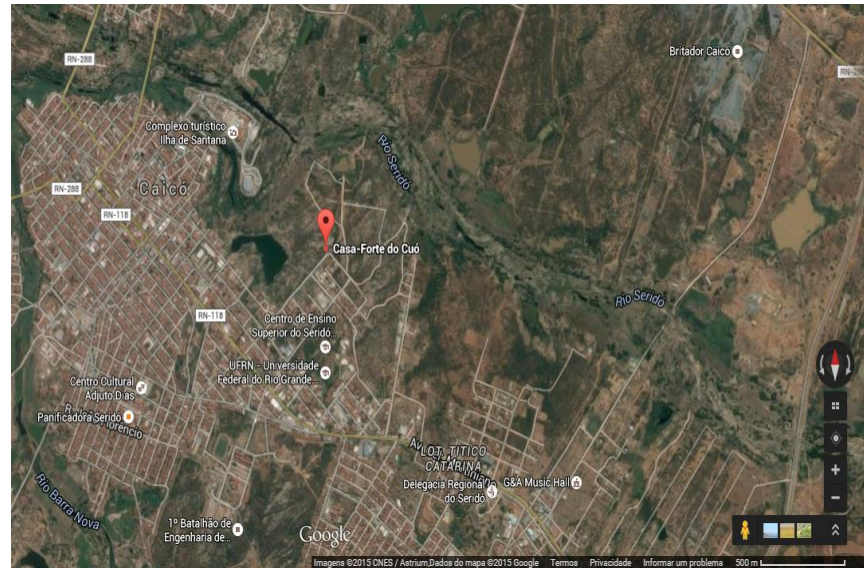
Aqui temos a transcrição de alguns dos documentos que fazem menção à Casa forte do Cuó:

Ribeira d'Acahâ hú Mil seiscenttos oittenta e trez annos do nassimento de nosso Senhor mui digno Jesus Christo aos nove diaz do mêz de 7brº compariceu o holandez no valle da Caza forte do Sirido a mando de S.M. // - q. // e troze outras (.....)q.// ela ribalda// aliado a elles portuguezes aqui chegou pelos bandas do Carrasco seguindo plº rio do Açu e aqui veio de accordo (...) seus preceittos mattado vinte e hú indios potiguaras q. estavm. espreitâdo aqles. holandezes do serrota do Giz de S.M. Rey de portugal sendo êste memorandum enviado a N.M. aos 12 dias do rifirido dia mez e anno, no governno do vice-rey Antonio de Souza Meneses, q. Deos goarde. Antº Gomes d'Alencar Gonçalvez.(MACEDO, 2003, p.6)

Essa casa forte foi levantada nas terras da sesmaria concedida ao Capitão Antonio Albuquerque da Câmara, sendo necessária a construção de tal estrutura para se proteger do levante indígena que ocorria nesse período. Esse prédio exercia a função de moradia para os senhores de terra, e de abrigo para as tropas da Coroa e Terços militares, que confrontavam os índios. O constante fluxo de tropas militares que passavam pela Casa forte do Cuó levou pesquisadoras como Maria Simone Morais Soares e Maria Berthilde Moura Filha (2013) a considerarem essa casa forte como sendo um arraial, devido a seu uso como abrigo para essas tropas. Assim, comparando as datas que as fontes fazem menção à Casa forte do Cuó – com datações que chegam a nove de setembro de 1683 – a mesma pode ser considerada como a base militar mais antiga dessa região, sendo ela anterior a arraiais como o de Piranhas (1687), Açú (1687) e Jaguaribe (1690).

Olavo de Medeiros Filho, historiador autodidata, empreendeu pesquisas e reuniu vários documentos do antigo Senado da Câmara de Natal, que estavam guardados no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). A partir da análise dessas fontes referidas, Medeiros Filho levantou a hipótese de que a Casa forte do Cuó localizou-se no território que hoje pertencente à atual cidade de Caicó/RN, mais especificamente na área denominada de Sítio Penedo, localizado hoje no bairro Penedo, próximo ao hospital Tiago Dias (MEDEIROS FILHO, 1984). A imagem abaixo e uma foto de satélite da cidade de Caicó, destacando em vermelho o local da Casa forte do Cuó

Figura 1 – Imagem aérea da área da Casa forte do Cuó.



Fonte: Google Maps²

Medeiros Filho supôs também que essa casa forte teria sido construída naquele local devido a sua posição geográfica estratégica; a grande altitude dessa área possibilitava uma visão privilegiada dos principais rios: Acauã, Quipauá e Sabugi – hoje rios Seridó, Barra Nova e Sabugi – permitindo que fosse possível enxergar qualquer movimentação dos indígenas, ou de outras possíveis ameaças, com maior rapidez. Outro ponto que tornava viável o estabelecimento naquela área era a proximidade com uma farta reserva de água, o “poço de Sant’Ana”, um reservatório natural na formação rochosa, que possibilitava o acúmulo de água das chuvas. Essas condições, segundo Medeiros Filho, viabilizaram a formação de agrupamentos nessa área, possibilitando proteção contra as investidas dos nativos e abastecimento constante de água (MEDEIROS FILHO, 1984).

Lembrando os três pontos citados por Silva (2004), pode ser visto que o local apontado por Olavo de Medeiros Filho como possível localização da Casa forte do Cuó torna-se uma hipótese bastante coerente, pois essa edificação estava estrategicamente posicionada, tendo uma visão privilegiada do território, próxima a fontes de água e servindo perfeitamente como posto militar e marco do avanço colonizador.

De acordo com a pesquisa de Medeiros Filho e a documentação do Cartório de Pombal, ao entorno dessa casa forte, por volta de 1695, foi erguida outra construção, a Capela da Senhora Santana do Vale do Acauã, destinada a atender às necessidades religiosas das

²Disponível em: [https://www.google.com.br/maps/place/CasaForte+do+Cu%](https://www.google.com.br/maps/place/CasaForte+do+Cu%20)

peessoas que ali passaram a viver. A seguir, alguns trechos das fontes transcritas do antigo cartório de Pombal que fazem menção a essa capela:

Relatorio dos ouiveres de Elrey S.M. de Portugal = q. o Vice-rey conde de Joam dalencastro manda Mathias Cardozo p. o Assú combatendo ahinda na guerra contra os tapuyos desta capitania e permanessa na cazaforte do Cuo Antonio Albuquerque Camara sargento deça ordem de el rey/e q. pr. la no Posso daquela cazaforte d'Cuó foe construida a tres annos a capéla da Sr^a Sant'anna daquele valle do Cahã pr. entemedio do frei Ant^o Joã do Amor Divino paroquiano das cercas das guarnissões da Capela do Ó linda no lado norte do pais & benta hú ano despois pel^o mezmo frei. el-rey de Portugal//q. Deos goarde// Cidade do hâbito Natal aos seis dias do mêz de fevr^o da nostre anno de 698 annos. Tenente Fragôzo Ribr^o de Castro Furtado. (MACEDO, 2004, p.7)

Elrey dignissimo de Portugal - manda o vice-rey do Brazil dom Joam dalencastro q. se digne V.S. Imperador conceder perdao de prezos indulgentes & conceder indulgencias para a capela da Sr^a Santanna do Cahã sirido atravez dos missionarios de Olinda no norte do paiz pela coal foe essa erigida pelo comdte.da Caza forte e demaes ajudantes vendo entao//S.M. dignissima. q. a ditta capella possa comandar s. refugo os batizados e attos da religião pelos curas do Pianco dignados a entrar-se nos sertoes. Q.pelo digno cura pessa professão contra os tapuyos levantaddos nesse sertão. Q. Deos goarde N.M. Eu Franc^o dos Santos Rocha, em Caza Forte do Cuô envio uzando das minhas atribuissões ao Rei de Portugal. Na cidade do Nattal em sette de marsso de 699 annos. (MACEDO, 2004, p.8)

Além de apontar a localização, Olavo de Medeiros Filho concebeu como pertencentes à antiga casa forte e à capela as ruínas que se encontram no areado sítio Penedo. As estruturas que Medeiros Filho menciona correspondem a dois alicerces, onde resta apenas uma pequena parte das paredes desses prédios. Um dos alicerces, que foi construído em cima do lajedo granítico e corresponde, segundo Olavo de Medeiros Filho, à Casa forte do Cuó. Essa estrutura foi erguida com pedra e cal em formato retangular, medindo aproximadamente 22,60m de comprimento por 15,46m de largura; as laterais desse alicerce chegam a medir cerca de 1,19m de altura com espessura de 87 cm (MACEDO, 2004, P.7)

O segundo alicerce foi reconhecido por Medeiro Filho como os resto da Capela de Nossa Senhora do Vale do Acauã. Este situava-se a menos de dez metros da primeira ruína, apresentando, em alguns pontos, técnicas construtivas diferenciadas, como por exemplo a utilização de pedra e barro na única parede que resistiu, medindo cerca de 1,80m (MACEDO, 2004, P.7). Devido a restarem somente os alicerces, torna-se difícil identificar como era a divisão interna dessas estruturas, ou mesmo o tamanho das paredes e qual tipo de cobertura era utilizada.

Olavo de Medeiros Filho acredita também que outros tipos de assentamentos tenham se estabelecido ao redor dessa casa forte, porém não seriam feitos de alvenaria, e sim de palha e materiais de fácil decomposição, e com passar dos anos possivelmente estas habitações foram se decompondo, explicando por que não são encontradas marcas tão contundentes de outras construções (MEDEIROS FILHO, 1984). Outro motivo que, possivelmente, apagou os registros dessas moradias foi a crescente especulação imobiliária que ocorre nessa área da cidade, que aumentou bastante o número de residências nos últimos dez anos, existindo atualmente vários lotes de terras com anúncios de venda. Esse crescimento vem colocando em risco as estruturas e os seus possíveis vestígios arqueológicos encontrados nessa área.

Acredita-se que a Casa forte do Cuó foi abandonada em meados do século XVIII, enquanto a capela veio a ruir, nesse mesmo período, devido a uma grande cheia do rio Seridó (MEDEIROS FILHO, 1984). Anterior a isso, houve uma migração dos habitantes para outra área dessa região. Isso possivelmente ocorreu devido à necessidade de um terreno menos acidentado, tendo em vista que a região do sítio Penedo é formada por várias depressões e muitas pedras, tornando difícil a locomoção nesse local; assim, o local escolhido teria sido a área onde hoje se encontra a parte mais “antiga” de Caicó, no centro da cidade, ao entorno da atual Catedral de Sant’Ana.

Figura 2 – Alicerce apontado por Olavo de Medeiros Filho como pertencente à Casa forte do Cuó.



Fonte: Blog “O Meu Caicó” Foto: Dimas Mota³

³ Disponível em: <http://omeucaico.blogspot.com.br/2012/11/origem-de-caico-1863-casa-forte-do-cuo.html>

Figura 3 – Ruínas da Capela da Senhora Santana do Vale do Acauã



Fonte: Blog “O Meu Caicó” Foto: Dimas Mota⁴

Figura 4 – Parede vizinha à capela



Fonte: Blog “O Meu Caicó” Foto: Dimas Mota⁵

A Casa Forte do Cuó constituiu um elemento importante para a formação dos espaços do interior da colônia, tendo sido um posto militar bastante relevante nos embates contra os nativos levantados, além de ser a fonte das primeiras aglomerações populacionais da região, onde futuramente se formaria a atual cidade de Caicó. Dessa forma, podemos assim considerar essa estrutura como a pedra fundadora desse município. Juntamente a esta

⁴Disponível em: <http://omeucaico.blogspot.com.br/2012/11/primitiva-capela-de-santana-1695-caicorn.html>

⁵Disponível em: <http://omeucaico.blogspot.com.br/2012/11/primitiva-capela-de-santana-1695-caicorn.html>

característica de marco inicial, a sua história e significado fazem menção à presença indígena na região seridoense e sua participação no processo de colonização, mesmo que essa lembrança seja a do massacre desses nativos e a desapropriação de suas terras pelas mãos dos colonizadores, ainda assim, esta parte da historiografia regional merece atenção. Assim, as ruínas situadas no bairro Penedo representam um pedaço da história de Caicó, sendo digna de serem preservadas.

Esta pesquisa assenta-se no campo da História Cultural, dimensão que abrange em seu cerne as manifestações culturais produzidas pelo homem, considerando todas as produções humanas como elemento cultural. Dessa maneira, a Casa forte do Cuó, que é uma construção humana, é considerada aqui como uma manifestação cultural, estando inserida em tal dimensão historiográfica. Para classificar esse objeto foi usado o conceito de “Patrimônio Cultural”, tendo em vista que essa estrutura é um bem legado ao caicoense e produção cultural de um grupo em dada temporalidade.

Aparentemente o caicoense desconhece esse patrimônio e todos os eventos relacionados a ele, como se não reconhecesse essa estrutura como parte de sua cultura e história. A Casa forte do Cuó parece não residir na memória coletiva do povo de Caicó, sendo raramente mencionada em outros espaços sociais, com exceção das escolas e universidades (um aspecto constatado nas pesquisas empreendidas neste trabalho que será discutida mais adiante). Até mesmo seu posto de “pedra fundadora” da cidade não é reconhecido pelo caicoense, que atribui ao mito de origem da “lenda do vaqueiro” o surgimento do município.

1.3 A lenda do vaqueiro e a formação de Caicó

A lenda do Vaqueiro consiste no relato de um vaqueiro que se perdeu em um mofumbal quando estava à procura de um boi. Em sua busca, ele encontra o animal perdido, porém o mesmo estava possuído pelo espírito de uma entidade maligna (em algumas versões é um deus indígena, “Tupã”, em outras e o próprio demônio cristão), que ao ver o vaqueiro passou a persegui-lo. Sem opção e encurralado pela investida do animal, como último recurso, o vaqueiro faz uma prece a Sant’Ana, pedindo que a santa o livrasse da ira do boi bravo; em retribuição, se essa bênção fosse alcançada, ele promete que construirá uma capela em homenagem a Sant’Ana. Sendo atendido em seu pedido, o vaqueiro teria construído a capela prometida. Esse mito possui muitas variações, sendo omitidos ou revelados novos elementos dependendo do narrador; mas, em sua essência, o relato sempre conta com a presença do: “Vaqueiro”, “boi”, “Sant’Ana” e a construção da capela.

De acordo com a lenda do vaqueiro, nas proximidades da capela, as pessoas foram erguendo moradias e com o passar do tempo a pequena capela em homenagem a Sant'Ana teria dado espaço para a construção da atual “Catedral de Sant'Ana” – localizada hoje no centro da cidade – e as primeiras habitações edificadas ao redor desse centro religioso teriam formado a cidade de Caicó.

Para boa parte dos caicoenses, a primeira casa erguida nesse território foi a “casa de pedra”, construção essa que se localiza próximo à catedral de Sant'Ana, vizinha ao Complexo Ilha de Sant'Ana. Porém, algumas análises da estrutura arquitetônica e das técnicas e materiais utilizados para a construção desta casa apontam que provavelmente ela seja datada de aproximadamente meados do século XVIII, período em que já haveria ocorrido a migração da área do sítio Penedo para a região mais plana, como descrito por Olavo de Medeiros Filho (1984).

Se comparada com as datações da Casa forte do Cuó e da Capela de Nossa Senhora de Santana do Vale do Acauã, percebe-se que não teria como essas estruturas (Catedral de Sant'Ana e casa de pedra) existentes no Centro da atual cidade de Caicó corresponderem às primeiras edificações dessa região. No entanto, a versão do mito de origem é amplamente disseminada pelos caicoenses, haja vista os mesmos divergirem entre si a respeito de sua veracidade. Tanto a lenda do vaqueiro quanto a casa de pedra apresentam versões que excluem a Casa forte do Cuó do processo de formação de Caicó.

1.4 A bibliografia em torno da Casa forte do Cuó

A pesquisa realizada por Olavo de Medeiros Filho – que entre um dos elementos trabalhados por ele envolveu a Casa forte do Cuó – é apresentada em seu livro “Índios do Açú e Seridó” (1984). Essa publicação, embora não apresente provas definitivas que confirmem que as estruturas do sítio Penedo realmente pertencem à Casa forte do Cuó e à antiga capela, possibilitou o surgimento de trabalhos acadêmicos produzidos na esteira dessa suposição.

A exemplo de trabalhos desse gênero temos o artigo “Contribuição ao estudo da Casa forte do Cuó, Caicó-RN”, de autoria de Helder Alexandre Medeiros Macedo (2004). No texto, o autor faz uma revisão sobre o que havia sido escrito a respeito da Casa forte do Cuó até o período da publicação do referido trabalho. Macedo também aponta a necessidade de um trabalho de envergadura arqueológica para que fosse possível reforçar a tese (ou invalidá-la) das ruínas do sítio Penedo como pertencentes a uma estrutura do século XVII.

Esse mesmo historiador também é responsável por outra publicação que, em seu cerne, trouxe novas luzes para a historiografia que envolvia a casa forte. O texto intitulado “Os Documentos do Cartório de Pombal/PB e sua importância para o entendimento da História Colonial do Sertão do Rio Grande do Norte” (2004), contém transcrições de documentos do século XVII pertencentes ao antigo cartório de Pombal – PB, que foram encontrados na Biblioteca Pública de Carnaúba dos Dantas/RN. Nessa documentação existem informações que fazem menção sobre a região do Seridó e também a Casa forte do Cuó, onde datadas do século XVII (1683). A descoberta dessas fontes reforçou a ideia de Medeiros Filho sobre a localização dessa estrutura.

Seguido desses dois trabalhos, tem-se o artigo “Arqueologia Colonial: as Casas Fortes (de Pedra) como unidade de defesa e ocupação no Rio Grande do Norte no Século XVII”, de Roberto Airon Silva (2004). Esse pesquisador analisa como as casas fortes, que surgiram principalmente a partir do século XVII, foram importantes para a colonização das regiões interioranas das Capitânicas. O autor faz uma revisão bibliográfica das obras de autoria de Vicente Lemos, Tavares de Lira, Rocha Pombo que fazem menção às casas fortes que se implantaram nas capitânicas do norte.

Airon Silva também é responsável por um trabalho de ordem arqueológica nas possíveis ruínas da Casa forte do Cuó e da capela apontadas por Medeiros Filho. Como já havia sido dito por Macedo (2004), era extremamente necessária uma intervenção arqueológica para a ampliação dos conhecimentos acerca da origem da Casa forte do Cuó e também para validar os alicerces do sítio Penedo como pertencentes a uma estrutura colonial do século XVII. As pesquisas foram realizadas em julho de 2008, sendo essas escavações devidamente autorizadas pelos órgãos GEARQ/DEPAM/IPHAN. Nas áreas das duas ruínas foram feitas varreduras de superfície, escavações e coletas de materiais. Silva dividiu a área do sítio em três setores: setor A (**Figura 2** p.17), setor B (**Figura 3** p.18) e setor C (**Figura 4** p.18), realizando escavações nos setores A e B. Essa divisão proposta por Silva delimita os três pontos que possuem os maiores indícios visíveis dessa estrutura.

De acordo com a análise realizada em cima dos materiais coletados – constituídos principalmente por tijolos, faiança fina inglesa, telhas, cerâmicas torneadas e vidros – constatou-se que existiam objetos de datações diferentes – séculos XIX e XX – mostrando que possivelmente esse espaço foi reutilizado ou usado como local de despejo no decorrer dos anos. Nas escavações dos três setores, os resultados mostraram que os alicerces e o seu material foram reutilizados ou removidos, porém, foi possível constatar elementos que evidenciam as ruínas como pertencentes ao século XVII, sendo o principal fator a parede

construída com pedra e barro, existente adjacente ao alicerce da capela, no setor “C”, onde apresenta uma técnica construtiva pertencente a esse período. Airon Silva aponta como principais identificadores da datação dessas ruínas os materiais utilizados nessas construções, como: a argamassa, o barro e as pedras graníticas que permitiram identificar a qual período pertencia cada construção.

Um ponto bastante importante revelado pelas escavações foi sobre quais seriam as possíveis verdadeiras ruínas da Casa forte do Cuó. Antes dos trabalhos arqueológicos, acreditava-se que os vestígios do setor “A” – um alicerce de pedra, construído em cima do rochedo – eram os restos pertencentes à antiga casa forte, porém, com a análise dos materiais construtivos e das técnicas arquitetônicas usados nos alicerces, notou-se que esse setor era datado aproximadamente do final do século XIX início do XX, sendo o setor C os restos da verdadeira casa forte; isto foi concluído, principalmente, devido à técnica construtiva empregada nas ruínas desse setor. As pesquisas realizadas com o sítio da Casa forte do Cuó e da Casa de pedra do Pium renderam a tese de Doutorado de Airon Silva “Uma Arqueologia das Casas Fortes: Organização Militar, Território de Guerra na Capitania do Rio Grande – Século XVII” (2010).

Em um trabalho mais recente, “Fragmentos do patrimônio e memória: a Casa Forte do Cuó e o (não) espaço de memória coletiva”, Danilo César da Silva e Joadson Vagner Silva (2013) procuram explicar a Casa forte do Cuó como patrimônio não reconhecido pelos cidadãos caicoenses, utilizando-se do conceito de “encobrimento” – na mesma perspectiva de Ricardo Medeiros Pinto (2002. *apud* SILVA, D. C.; SILVA, J. V., 2013) – para ratificar suas afirmações. O artigo destaca a existência de uma negação da população de Caicó para com esse patrimônio, levando os mesmos a preferirem a versão do mito de origem da lenda do vaqueiro. Isso ocorreria devido a essa “variante” da história da cidade estabelecer uma ligação com um ancestral português, branco e cristão. Dessa forma, esses autores acreditam que esse mito tenha influenciado no encobrimento da participação indígena no passado da cidade, e, por consequência disso, a casa forte teria sido esquecida, pois estaria de alguma maneira ligada a esses povos.

Na publicação de comunicação “Educação Para o Desenvolvimento da Identidade Cultural Seridoense” (2013), Alcides Brito Pereira júnior aborda a questão de como a Casa forte do Cuó, um patrimônio histórico importante para a história da cidade de Caicó e região, não recebe o reconhecimento e os cuidados que um monumento de tal relevância histórica deveria ter. Apoiando-se nas Cartas de Atenas (1931-33), que destacam o dever da área da educação, dos poderes públicos e o envolvimento da própria população nessa tarefa de

preservação e manutenção desse patrimônio, o autor crê que a Casa forte do Cuó não está amparada por nenhuma dessas instâncias, correndo o risco de sumir em meio ao desenvolvimento urbano que vem ocorrendo nas últimas décadas nessa área da cidade.

Pereira Júnior também dialoga sobre como a participação indígena e a Casa forte do Cuó são elementos desconhecidos pela população e relegados da história de Caicó, sendo essas pessoas adeptas ao mito de origem da lenda do vaqueiro. O autor, apoiado no conceito de “Patrimônio incômodo” do antropólogo Llorenç Prats (2005, p.56 *apud* PEREIRA JUNIOR, 2013, p.35), compreende a casa forte como um pedaço da história esquecida (ou desconhecida) pelo caicoense, devido representar um período marcado por “mortes, extermínio e imposição colonial” (PEREIRA JUNIOR, 2013) onde, segundo ele, o passado sangrento teria gerado um desconforto na população caicoense, levando os mesmos a não se reconhecerem ou não quererem se reconhecer a partir desse passado. Segundo o autor, esse tipo de patrimônio cria um sentimento de desconforto, pois reflete um passado do qual o povo tenta se distanciar.

Todos esses trabalhos, aqui brevemente descritos, se apoiam na ideia proposta por Olavo de Medeiros Filho, de que a Casa forte do Cuó se localiza na cidade de Caicó/RN, nas dimensões do bairro Penedo. Porém, é importante destacar que essa associação realizada por Medeiros Filho, embora tenha ganhado adeptos, ainda não é totalmente comprovada; isso mostrando a necessidade de empreender mais escavações e estudos nesse sítio, para que se possa identificar da forma mais precisa possível a origem dessas ruínas, e saber se elas pertencem realmente à Casa forte do Cuó. O resumo desses trabalhos aqui apresentados mostra brevemente como esse objeto foi trabalhado até o momento, servindo para demonstrar como a problemática aqui discutida não é uma repetição de ideias e sim uma nova forma de observar esse tema.

Depois dessa breve explanação sobre a história da Casa forte do Cuó e da bibliografia que a envolve, podemos analisar as possíveis causas que a tornam esse patrimônio quase que invisível para o caicoense.

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PRESERVAÇÃO DA CASA FORTE DO CUÓ

O século XX foi palco da criação e da formalização dos marcos legais que visam proteger o que hoje chamamos de “Patrimônio Cultural” na parte ocidental do mundo, contando com países da Europa, América Latina e do Norte. No início dos anos 1930, séries de conferências foram organizadas com o objetivo de criar medidas para que os frutos deixados pelas gerações passadas fossem preservados e zelados, servindo como marcos da existência dessas sociedades em um determinado tempo, e para o uso das novas gerações, que se sentiriam de alguma forma ligadas a esses antepassados através desse simbolismo, criando assim uma identidade em comum entre esses grupos.

Patrimônio cultural consiste em qualquer tipo de herança deixada pelas gerações passadas, de maneira proposital ou não. É considerado um patrimônio, pois tem “valor” e significância para quem o possui, sendo possível legá-lo a outros; e cultural, pois toda obra da ação humana, por mais corriqueira que seja se caracteriza como produção de cultura. “Ao existir, qualquer indivíduo já está automaticamente produzindo cultura, sem que para isso seja preciso ser artista, intelectual, ou um artesão” (BARROS, 2011, p. 57).

O ato de consagrar algo como Patrimônio Cultural é uma prática totalmente subjetiva, que significa selecionar em meio a uma diversidade de elementos da cultura de um dado grupo algo em específico a ser preservado. No entendimento de Françoise Choay (2001, p. 98), preservar um patrimônio “implica as ideias de prevenção, proteção, conservação e mais precisamente a ação de ‘pôr ao abrigo de algum mal, dano ou perigo futuro’”.

Um objeto da cultura que venha a ser patrimonializado deve ter uma ligação entre as pessoas que o possuem, sendo essa uma das características para definir o que é ou não patrimônio cultural. Atualmente esse termo engloba tanto os bens materiais como imateriais, e se divide em três grandes categorias: os elementos da natureza, fauna e flora de uma região; os elementos não intangíveis, como técnicas e saberes; e os tangíveis ou matérias, que seriam quaisquer construções e artefatos produzidos pelo homem através das outras divisões (VARINE-BOHAN, 1975 *apud*. LEMOS, 1981, p.7-9).

Observamos, então, que o conceito de patrimônio cultural é uma definição bastante abrangente, englobando vários objetos da cultura. No entanto, essa realidade demorou cerca de cinquenta anos para se consolidar no Brasil e no mundo.

Os primeiros passos para a formalização da proteção do patrimônio ocorreram inicialmente em 1931, em uma conferência ocorrida na Grécia. O principal objetivo discutido foi a apresentação de princípios gerais, visando à conservação e restauração de monumentos

de caráter histórico ou artístico. Entre as medidas discutidas nessa reunião incentivou-se a criação de instituições e organizações que deveriam zelar pela integridade física do patrimônio, bem como empregar materiais e recursos para a salvaguarda dessas estruturas. Nessa conferência, somente os bens materiais como prédios, monumentos e obras de arte eram passíveis de serem inventariados e patrimonializados, característica esta que se manteve durante algumas décadas desse século (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p.254).

Em 1933, outro evento com esse mesmo propósito foi promovido, mais uma vez a sede foi na Grécia. O objetivo agora era ampliar os pontos anteriormente debatidos e discutir as questões referentes ao patrimônio e às cidades. Essa preocupação surgiu mediante o crescimento dos centros urbanos e o seu aumento populacional, ocorridos muitas vezes pelo êxodo rural – característica esta marcante no Brasil e nos países em desenvolvimento – e o crescimento desenfreado das zonas industriais durante esse novo século (PELEGRINI, 2006, p. 56.).

O ponto principal das discussões nessa segunda reunião girou em torno da questão em como manter uma existência harmônica entre os bens históricos e a expansão da cidade, procurando não prejudicar nenhuma das duas partes. Tinha-se a consciência de que não se poderia preservar nada que pudesse vir a prejudicar o bem-estar e a salubridade dos espaços urbanos, com isso cortiços, vielas ou qualquer construção que pudesse lesar a sociedade deveria ser demolida. Guiados por essa premissa, foram estabelecidas “quatro funções cidadinas consideradas primordiais: a habitação, o trabalho, a circulação e a recreação” (PELEGRINI, 2006, p. 56.).

Nessa mesma conferência, definiu-se que os bens a serem preservados deveriam atender a algumas exigências, pois não era qualquer objeto do passado que mereceria ser conservado e legado às próximas gerações; era preciso que, além de pertencer ao passado, o mesmo constituísse um marco de interesse geral, que realçasse as características que se desejava lembrar e se identificar. Essa conferência internacional deu origem à “Carta de Atenas – 1933”, importante documento da trajetória da criação das leis de salvaguarda do patrimônio.

Durante o decorrer do século XX, outras conferências foram realizadas e novas cartas foram produzidas, procurando ampliar e ajustar da melhor maneira as leis para preservação desses bens. Essa discussão ganhou tanta repercussão, que passou a contar com a participação de vários países. Exemplos de resultados dessas reuniões são: Carta de Veneza (1964), a Declaração de Amsterdã (1975), a Carta de Machu Picchu (1977) e a “Rio-92”

conferência organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) (PELEGRINI, 2006, p.59-61).

No Brasil, o movimento para a formalização da salvaguarda dos bens patrimoniais começou também durante os anos trintas do século XX. Seguindo o exemplo das outras nações, o governo da época sentiu a necessidade da criação de um regulamento que protegesse bens históricos nacionais visando, através desses marcos, formarem uma “identidade brasileira”. Para tal, foi encomendado um projeto que destacasse esses bens históricos e que construíssem marcos legais para registrá-los e protegê-los devidamente. A Constituição de 1934 já mencionava o dever do Estado em proteger os bens culturais e naturais, mas era necessário um projeto mais amplo e dinâmico, que pudesse trabalhar e inventariar tais bens a partir de critérios mais específicos.

O modernista Mário de Andrade elaborou um anteprojeto, em 1936, que definia quais seriam os critérios para registrar e preservar o patrimônio nacional brasileiro. Nesse projeto ficou definida a criação do órgão SPHAN, hoje conhecido como IPHAN, e o ato de tombamento. O anteprojeto de Mário de Andrade possuía uma compreensão de patrimônio bastante ampla, abrangendo não só os bens materiais, mas também festas e outras expressões culturais. Atualmente, muitos historiadores e antropólogos consideram essa concepção de patrimônio “vanguardista” de Mário de Andrade, como o germe do que hoje é definido como “Patrimônio imaterial”. No entanto, essa definição de patrimônio tão ampla ficou de fora do Decreto nº 25/1937 – lei que representa a oficialização do projeto confeccionado por Mário de Andrade – ficando passível de patrimonialização somente os bens considerados materiais, sendo esses móveis ou imóveis. Devido a seu trabalho, Andrade passou a ser reconhecido como uma espécie de “pai” das políticas de preservação do patrimônio nacional brasileiro (CHAGAS, 2007, p.216).

Da implementação da Lei nº 25/1937 para os anos subsequentes, outras ações foram desenvolvidas para acrescentar novas concepções, estando incluso nesse meio: o “Ato Institucional nº5” o “AI-5” (1968); o “Compromisso de Brasília” (1970); “Programa de Reconstrução das Cidades Históricas” (1973); e a “Fundação Nacional Pró-memória” (1979). Podemos somar a essas ações a promulgação da “Carta Constitucional em 1988”, com a inserção do “artigo 216”, onde foram resgatados alguns elementos do anteprojeto inicial de Mário de Andrade, reconhecendo o patrimônio imaterial – formas de expressão, modos de criar, fazer e viver – como parte do patrimônio nacional. Este artigo ampliou a concepção de patrimônio e substituiu o termo “Patrimônio Histórico e Artístico” pelo, então, hoje vigente “Patrimônio Cultural”. A Casa forte do Cuó, como apresentado no capítulo introdutório deste

trabalho, constitui objeto de grande valor histórico, visto que representa parte da história da cidade de Caicó. As ruínas dessa estrutura, em conjunto com as da capela, construída em sua adjacência, são vestígios do passado de um povo e de uma época, estando vinculada a acontecimentos que marcaram a história do então hoje Estado do Rio Grande do Norte. Exemplos desses acontecimentos foram: expansão e ocupação dos portugueses das terras do interior da capitania do Rio Grande, derramamento de sangue indígena e português com os conflitos denominados “Guerra dos Bárbaros”, criação e exportação de gado para os engenhos do litoral. Estes movimentos dos agentes históricos, que livres aqui do julgamento de “bons” ou “maus”, são parte dessa equação que culminou com o surgimento da cidade conhecida popularmente como capital do Seridó, Caicó.

A pesquisa aqui empreendida está inserida no campo da História Cultural, dimensão que corresponde ao conhecimento histórico com ampla gama de objetos, que abrange desde as manifestações culturais – “cultura popular”, “cultura letrada”, “representações”, práticas discursivas realizadas entre os diversos grupos sociais e instituições, entre outros campos que envolvam a noção de “cultura” – até os objetos que por esta são produzidos (BARROS, 2008, p. 55 – 61).

Desse modo, entende-se que a Casa forte do Cuó é um objeto histórico que também está inserido nesse campo de pesquisa, pois todo e qualquer produto fabricado pelo homem é considerado uma manifestação cultural. Sendo assim, a casa forte enquanto produto da intervenção humana em uma dada temporalidade apresenta conexão com esse campo historiográfico. Esta pesquisa compreende que o melhor conceito para definir a Casa forte do Cuó seria o de “Patrimônio Cultural”. Esta acepção é plenamente cabível, pois a mesma representa uma “herança do passado”, deixada pelas gerações de maneira não proposital, legada ao acaso pela atual população dessa cidade.

A Constituição Federal brasileira de 1988, no Art. 216 expressa claramente o conceito de Patrimônio Cultural, ratificando o uso aqui empregado à casa forte, onde a mesma se enquadraria no inciso V desse artigo:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...]

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.⁶

Baseando-se nesse conceito, pensou-se nesta pesquisa a Casa forte do Cuó como um patrimônio cultural digno de ser protegido, sendo esse dever dos Poderes Públicos – Governo do Estado, Prefeitura Municipal e a Câmara dos Vereadores – operando através de Leis e Projetos que visem sua salvaguarda – e da população caicoense, detentora dessa estrutura, pois a conservação de um patrimônio existe para o benefício e usufruto da população, sendo ela também responsável pela sua integridade.

Na tentativa de elaborar um quadro que possa esclarecer alguns pontos da questão central desta pesquisa, que é entender se a Casa forte do Cuó está ausente da memória coletiva do caicoense, e observar quais elementos poderiam influenciar esse processo, procuramos constatar se alguma medida voltada para a preservação e difusão desse patrimônio foi tomada por parte dos Órgãos Públicos de Caicó, desde que Olavo de Medeiros Filho levantou a hipótese, em 1984, sobre as ruínas do sítio histórico, situado na Propriedade Penedo, pertencerem a essa casa forte.

O objetivo aqui foi constatar qual tipo de atenção é destinada pelos Órgãos Públicos para manter a integridade e a segurança da Casa forte do Cuó, acreditando que é dever desses setores intervir em sua manutenção e fomentar a aproximação da população com esse bem público através de leis, financiamentos de projetos turísticos e eventos. Foi entendida a ausência de tais mobilizações por parte desses Órgãos, como um fator que influencia no não reconhecimento do caicoense para com seu patrimônio, pois não estaria estimulando a aproximação do cidadão com essa estrutura.

Dois órgãos desse município foram escolhidos para esta análise: a Prefeitura Municipal e a Câmara dos Vereadores de Caicó. A escolha dessas instituições em particular se deu devido a representarem órgãos mais específicos, vinculados diretamente à cidade, encontrando-se mais próximos para atender às demandas regionais do que instituições como o Governo do Estado, por exemplo, que atua em um caráter mais amplo. Outro fator que levou a se analisar somente essas duas instituições é o espaço limitado ofertado por tal tipo de trabalho, que em sua estrutura não poderia abranger todos os setores Públicos do município, ficando espaços abertos para estudar a influência de outros Órgãos Municipais em futuras pesquisas, que ajudariam a complementar (ou descartar) esta pesquisa.

⁶ BRASILIA. SENADO FEDERAL. (Org.). **Art.216**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_22.12.2010/art_216_.shtm>. Acesso em: 03 jun. 2015.

Para se ter uma ideia dos trabalhos empreendidos pela Prefeitura Municipal e pela Câmara dos Vereadores relacionados à Casa forte do Cuó e refletir sobre que tipo de atenção que é destinada por esses setores, foi empreendida uma consulta aos arquivos destas instituições, com o objetivo de encontrar algum projeto, lei, registro em atas das reuniões da Câmara, ou documentos que tivessem como pauta menções a esse patrimônio, procurando constatar a frequência com a qual a Casa forte do Cuó é mencionada.

Tal atividade na teoria seria de fácil execução, já que se espera que instituições desse porte tenham arquivos bem organizados e cuidados; entretanto, na prática, essa tarefa mostrou-se bastante difícil, sendo trabalhoso encontrar alguma documentação que abordasse o patrimônio em questão. A principal dificuldade foi achar documentos que em seu conteúdo discutissem especificamente a Casa forte do Cuó, principalmente na Câmara dos Vereadores, pois aparentemente o catálogo digital dessa instituição não abrange datas mais afastadas do que o ano de 2005, sendo então necessário consultar os catálogos físicos para conseguir algum registro que mencionasse o patrimônio em questão.

A procura por tal tipo de documentação não partiu do zero, antes de começar a busca sabia-se de antemão que a Casa forte do Cuó era protegida por uma Lei Municipal, decretada por volta da primeira metade dos anos 2000, essa informação foi concedida por Helder Alexandre Macedo, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Em posse dessa informação o ponto de partida foi a Câmara dos Vereadores, onde foi possível encontrar dois registros que discutiam sobre a casa forte; estes foram: o projeto da Lei que visa proteger as ruínas da Propriedade Penedo, e as atas das reuniões para a aprovação desse mesmo projeto. Depois de saber o número do projeto foi possível encontrar o Decreto de Lei, que estava guardado nos arquivos da Prefeitura Municipal.

De acordo com as informações contidas na documentação recolhida, a iniciativa de lançar um projeto que visasse salvaguardar as ruínas da Casa forte do Cuó partiram do então vereador na época, Dr. Janduí Fernandes. O Projeto de Lei: n° 21 foi aprovado pela Câmara dos Vereadores em 22 de abril de 2002, sendo sancionado como Lei Municipal N° 3.952 pelo então Prefeito Roberto Medeiros Germano no dia 25 de agosto de 2002. Segundo uma informação adquirida através de conversa informal com Janduí Fernandes, as terras onde se assentam a Casa forte do Cuó e a capela eram de domínio de uma moradora da região, conhecida por “Nevinha”. Essa proprietária doou o lote de terra quando soube que haveria a possibilidade de preservar essas ruínas, acreditando estar contribuindo para a salvaguarda de um patrimônio histórico.

Basicamente, na consulta aos arquivos da Prefeitura e da Câmara dos Vereadores de Caicó, o único documento encontrado foi a Lei Municipal nº 3.952/2002, sendo as demais fontes – as atas das reuniões da Câmara e o Projeto de Lei – apenas extensões desse documento; estes foram os únicos registros localizados, mostrando assim poucas iniciativas devidamente formalizadas e registradas por estes órgãos para a preservação desse bem histórico. Esta baixa incidência de documentação já evidencia que existe um descaso por parte da Prefeitura Municipal de Caicó para com esse patrimônio, tendo em vista que já se passaram quase quatorze anos desde que a única medida foi realizada. Porém, entendemos como necessário analisar essa lei e seus artigos, para que o quadro se torne mais completo e não torne o trabalho aqui empreendido apenas uma quantificação de documentos. Ao analisar o conteúdo das fontes encontradas e identificar de qual maneira a Casa forte do Cuó é beneficiada por essa lei, foi possível pensar a atual situação na qual se encontra essa estrutura e certificar se existe um cumprimento dos deveres descritos nesse documento ou não. Foi conferido também se essa lei assegura os direitos de Patrimônio Cultural do Art. 216 para a Casa forte do Cuó.

A Lei Municipal nº 3.952/2002 é constituída de sete artigos que explicitam os benefícios que o patrimônio tombado adquiriu depois de seu decreto, também estão contidos os deveres dos gestores e do Poder Público para a sua preservação. O resumo dessa lei diz: “Estabelece o Tombamento de Gleba Imobiliária representativa do Patrimônio Histórico do Município de Caicó-RN, encravada na Propriedade Penedo, localizada no Perímetro Urbano desta cidade e dá outras providências.”

Esse trecho transcrito da própria fonte mostra quais são os objetivos principais dessa lei, a mesma descreve as ruínas da casa forte como um “Patrimônio Histórico” e menciona um “tombamento” do terreno onde ela se localiza. Na leitura dos artigos, podemos entender melhor como seria esse tombamento descrito nesse resumo. O primeiro artigo da lei diz:

Fica estabelecido na forma da presente lei e para proteção e preservação do patrimônio histórico deste Município de Caicó o tombamento da parcela do imóvel denominado “Propriedade Penedo” encravada nesta cidade, especificamente no local onde estão situadas as ruínas e alicerces do Sítio Histórico denominado “Casa Forte do Cuó” incluindo-se as ruínas da antiga capela ali existente e adjacências;

Neste 1º Art. é possível notar que o que foi tombado não foram as ruínas da casa forte e da capela, mas sim o terreno em que essas estruturas se localizam; dessa maneira, embora a Casa forte do Cuó esteja “protegida” pelos termos dessa definição, ela não é o elemento-chave desse tombamento, sendo abrangida por essa lei por consequência de se situar

nas dimensões da Propriedade Penedo. Logo, embora essa lei tenha sido implantada visando defender essa estrutura ela fica como elemento de segundo plano na definição geral.

Isso ocorreu porque esse “tombamento da casa forte” não teve intervenção do IPHAN, ou seja, a mesma não estava amparada pela proteção dessa instituição e nem catalogada nos livros patrimoniais. A Lei Municipal nº 3.952/2002 se baseia na definição proposta pela “Lei Federal nº 10.257/2001”, que tem como princípio a delimitação e uso de um espaço em benefício dos interesses sociais e da ordem pública, visando o bem-estar do cidadão e do equilíbrio ambiental. O foco da Lei 10.257/2001 é impedir que uma determinada área seja devastada ou usada de maneira que venha a prejudicar o bem-estar da sociedade e seu meio-ambiente, não mencionando nada sobre preservação de um monumento histórico ou cultural, embora não cite restrições para isso. Percebe-se então que essa lei foi utilizada como uma saída para proteger a Casa forte do Cuó, não correspondendo a um verdadeiro tombamento de um Patrimônio Cultural nos moldes do IPHAN. O terceiro artigo da lei municipal mostra como a Lei nº 10.257/2001 foi utilizada:

Art. 3º - Na forma como estabelece o art. 4º inciso VI da Lei Federal nº 10.257/2001 toda e qualquer edificação ou empreendimento que se pretenda realizar na área descrita na presente lei, dependerá de prévio Exame de Impacto Ambiental que venha aferir a possibilidades de danos ao patrimônio protegido por esta Lei, sendo vedada a execução de qualquer obra, edificação ou atividade no local que possa causar prejuízos à preservação do sítio histórico protegido por essa lei.

Assim, de acordo com esse artigo acima descrito, embora não seja uma proteção tal como a do IPHAN, ao menos as estruturas estariam protegidas por lei, não podendo ser realizadas construções ou qualquer outra atividade que pudesse vir a comprometer esta área. A dimensão da “Propriedade Penedo” tombada pela lei, segundo o Art. 2º, começa a partir das ruínas da casa forte e da capela até um raio de cinquenta metros, isso compreende uma área que seria destinada a futuras escavações e pesquisas. Essa dimensão, de acordo com o Art. 2º, seria delimitada dependendo dos estudos empreendidos, que diriam quais setores são de relevância para a conservação e a continuidade dos estudos desse patrimônio.

No Art. 5º é discutido sobre as gestões que devem ser promovidas pelo Poder Público Municipal. Nesta cláusula fica estabelecido que o Município pode empreender gestões junto aos proprietários da gleba que foi tombada, como também com entidades públicas e privadas que se interessem. O documento destaca a Universidade Federal do Rio Grande do Norte como principal entidade indicada para essa gestão, apontando que a mesma poderia empreender estudos que ampliariam o conhecimento histórico relacionado ao

contexto dessas ruínas. Esta menção à gestão é pertinente, pois, um dos campus da UFRN, o Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), situa-se em Caicó, a pouco mais de um quilometro de distância das ruínas aqui discutidas. Além disso, essa instituição conta com o Curso de graduação em História Bacharelado e Licenciatura, que poderia facilitar a utilização desse espaço pela área acadêmica.

O Art. 6º dessa lei aborda sobre as questões voltadas aos convênios que o Poder Executivo tem o direito de formar, visando obter recursos para arcar com as despesas necessárias para a manutenção dessa estrutura. Embora não esteja especificado o que seria essa “manutenção”, entende-se aqui que se trate de verba para pagar contas relacionadas à preservação e segurança dessa área para dificultar a ação de possíveis atos de vandalismo, financiar algum projeto que envolvesse essa área, como por exemplo, ações destinadas ao turismo, novas escavações arqueológicas ou no uso de meios que ajudassem a difundir esse espaço para os caicoenses. Formando esses vínculos os possíveis gastos gerados pelo sustento dessa estrutura ou eventos a ela relacionados seriam divididos entre a prefeitura e o setor conveniado. O Art. 7º consiste apenas na definição do momento em que a lei passa a vigorar, não contendo qualquer outra informação relevante a esta pesquisa.

E possível notar através dos artigos descritos neste trabalho que essa Lei Municipal nº 3.952/2002 tem por objetivo realmente proteger as estruturas da Casa forte do Cuó, possivelmente se não fosse por causa dela as ruínas já teriam sido engolidas pelo crescimento imobiliário. Porém, isso não quer dizer que essa estrutura esteja verdadeiramente segura, e é nesse ponto que serão discutidas as ações da Prefeitura e da Câmara na preservação da Casa forte para o cumprimento dos deveres descritos.

Apesar de esta lei garantir a conservação das ruínas, a falta de fiscalização da área, o descaso dos Órgãos Públicos e a falta de segurança do local mostram que a Casa forte do Cuó não está verdadeiramente amparada e segura da ação de agentes que ameaçam sua existência. Um dos fatores que põe em risco a integridade desse patrimônio é a expansão urbana. Mesmo o Art. 2º garantindo a proteção da área especificada, esse espaço já se mostra ameaçado por construções de urbanização. Aproximadamente a 63 metros⁷ das ruínas uma estrada pavimentada vem sendo construída, rumando para adentrar o espaço protegido.

Além dessa estrada, ações da própria população como o uso do espaço para despejo de lixo, queimadas ilegais, saque no local do sítio histórico e atividades arqueológicas não licenciadas mostram que a existência de uma lei não tem serventia alguma senão houver uma

⁷ Medição não oficial.

fiscalização rotineira. Intervenções desse tipo são bastante nocivas para o estudo do sítio, devido a elas, de uma forma ou de outra, bagunçarem os artefatos ali contidos e o descaracterizarem. Para que os estudos arqueológicos possam criar quadros mais específicos e completos dos sítios escavados – na medida do possível, é claro – é necessário que os vestígios lá contidos permaneçam em seus respectivos lugares de descarte, até que um grupo de arqueólogos devidamente preparados possa encontrá-los, isso possibilita uma datação mais precisa e um melhor agrupamento dos artefatos encontrados. Com a perturbação do solo por parte de terceiros ou a remoção de alguma peça desse sítio, a dificuldade de se compreender mais sobre as pessoas que habitaram tal espaço aumenta muito.

Somando-se a todos esses fatores, existe o problema proporcionado pela pouca iluminação e o baixo policiamento dessa área, que a torna um local de pouco movimento, sendo frequentada por usuários de drogas. Isso contribui para marginalizar esse local, afastando ainda mais a população desse espaço. Apesar de todos esses problemas que essa área enfrenta, os Órgãos Públicos não parecem estar interessados em intervir nessa situação, mostrando o descaso por parte desses setores. Além de não se comprometerem com o cumprimento dos deveres que a lei instituiu, são quase inexistentes as ações empreendidas pela prefeitura em relação à difusão desse patrimônio histórico.

Em se tratando da divulgação da Casa forte do Cuó, em pouquíssimos casos ela foi divulgada para a população caicoense ou para os turistas por ações movidas pela Prefeitura. Uma das raras atitudes com essa finalidade é encontrada no livro “Caicó – Uma viagem pela memória seridoense” (2004). Esse livro foi promovido pelo SEBRAE/RN que contou com diversas parcerias, como a UFRN, SESC, ADESE e, dentre estas, a Prefeitura Municipal de Caicó. Este livro é constituído a partir de trabalhos dos Professores e alunos do curso de História da UFRN/CERES, entre outros historiadores, em parceria com profissionais do turismo, sendo ele um guia histórico/turístico de Caicó, apresentando através de textos curtos e fotos os principais monumentos da cidade, narrando seu passado histórico e as atividades culturais que cercam essas estruturas e paisagens. Em meio aos monumentos nele descritos encontram-se algumas páginas dedicadas à Casa forte do Cuó e à capela de Nossa Senhora de Santana do Vale da Acauã, relatando seu contexto histórico e sua participação na história da formação do município de Caicó.

Esse mesmo volume foi mencionado pela Prof.^a Sueli Araújo em entrevista por ela prestada para o desenvolvimento desta pesquisa. Sueli relatou que usou esse livro como ferramenta para ministrar aulas de ensino de “História de Caicó” para seus alunos do Ensino Fundamental e Médio; isso mostra que essa iniciativa foi revertida para usufruto da sociedade

e das escolas, que encontram nele uma fonte de conhecimento regional. Mesmo o seu conteúdo sendo muito resumido, esta obra pode ajudar ao caicoense a conhecer um pouco mais da história de sua cidade e incentivá-lo a buscar mais sobre suas origens.

Embora a Casa forte do Cuó tenha sido brevemente relatada nesse livro, nota-se que no mínimo houve uma ação efetiva de difundir essa estrutura, tanto para os turistas quanto para a população caicoense. Este é um dos raros apoios da Prefeitura para a difusão desse patrimônio, porém a divulgação do patrimônio histórico de nada serve se o lugar não apresenta condições para visitação. No entanto, é de se imaginar que a finalidade desse livro não tenha sido com foco em citar a casa forte e a capela, porém, demonstrou ser uma alternativa para difundir a história de Caicó. Trabalhos que incentivem o turismo e discutam a história de Caicó deveriam ser mais frequentes, e a prefeitura deveria destinar mais verbas para isso.

Embora não seja tombado devidamente como um patrimônio histórico, essa medida tomada pelo vereador Janduí Fernandes ajudou na proteção desse patrimônio; no entanto, esse tempo ganho deveria ter sido usado para que o patrimônio pudesse ser devidamente registrado pelo IPHAN, onde poderia receber uma atenção mais especializada. Infelizmente nesses quase quinze anos nada foi feito para a salvaguarda dessas ruínas por esses Órgãos Públicos, nem mesmo o cumprimento da lei de proteção é devidamente seguida pelo que foi visto. Essa falta de ação do Poder Executivo Municipal e da Câmara dos Vereadores mostra um descaso para com a Casa forte do Cuó. Com isso, pode ser constatado que a negligência por parte desses setores para com esse patrimônio cultural realmente existe.

Atos de abandono e descaso por parte dos Poderes Públicos não são um caso raro no Brasil, sendo vistos em vários setores da sociedade, como na saúde, educação e cultura. Essa falta de empenho da Prefeitura para cuidar da integridade da Casa forte do Cuó pode ser um dos fatores que a distancia da memória coletiva do caicoense, pois sem uma devida divulgação e trabalhos voltados para a apresentação desse patrimônio ao povo, relatando sua relevância, o mesmo corre o risco de ser esquecido. Mesmo que exista essa negligência não podemos culpar somente os Poderes Públicos, pois cabe à própria população, que é a detentora desse patrimônio, reagir contra esse descaso; mesmo que grande parte da população possa desconhecer a casa forte é dever dos que a conhecem apresentá-la aos cidadãos, mas, aparentemente, ninguém parece estar interessado em esboçar qualquer movimento para salvar esse patrimônio.

Desse modo, é possível imaginar um desconhecimento ou não reconhecimento por parte da população para com esse patrimônio, e isso se dá em parte por conta das gestões

empreendidas até o momento pelos Órgãos Públicos, mas existem outras instituições que têm o papel de difundir a Casa forte do Cuó para a população caicoense, como exemplo as escolas. Nesse sentido, para descobrir se existe algum desconhecimento por parte desses cidadãos, é preciso entender se a população dessa cidade recebe das instituições escolares alguma informação sobre tal patrimônio.

3. O PAPEL DAS ESCOLAS NA APRESENTAÇÃO DA CASA FORTE DO CUÓ

A escola, devido as suas características e atividades, torna-se um espaço muito importante na vida dos alunos, sendo de grande relevância na formação desses indivíduos enquanto cidadãos, e no desenvolvimento de suas capacidades de análise e reflexão. Estes centros educacionais possibilitam aos estudantes diferentes tipos de interação, principalmente no nível social, pois é lá que os jovens têm oportunidade de interagirem entre si, sendo esse contato incentivado por estes centros de ensino. O convívio entre os estudantes possibilita o intercâmbio com ideias e culturas semelhantes ou divergentes da sua, propiciando assim uma troca mútua de experiências. Esse processo da rotina escolar a torna um dos principais espaços de socialização desses jovens, já que na teoria eles deveriam passar uma parte considerável de seu tempo ativo nessa instituição.

Atividades normalmente realizadas por esses centros educacionais aproximam o aluno com a cultura da sua cidade, estado, país ou grupo, e isso acontece tanto através de dinâmicas pedagógicas, como feiras escolares, palestras, apresentações artísticas, visitas ou aulas de campo, quanto pelas aulas ministradas pelos professores. Se pensarmos nas questões patrimoniais, podemos notar que várias dessas dinâmicas podem levar o aluno a ter conhecimento do patrimônio cultural, incentivando-o a **compreender o significado, o contexto e a importância desse bem. Esses tipos de atividades promovem uma experiência que transcende a barreira do tradicional ensino de sala de aula, possibilitando ao discente** aprender tanto na prática como na teoria. Dessa maneira, podemos considerar que as práticas escolares proporcionam uma educação patrimonial, tanto dentro como fora de sala de aula.

No entanto, não se deve pensar que esse papel seja exclusivo das escolas e dos professores. Luis Fernando Cerri (2011 p.93-112), que trabalha com o conceito de “consciência histórica” de Jörn Rüsen, acredita que se deve atribuir às escolas e ao ensino dentro de sala apenas uma parcela dessa conscientização da história, tendo outras instituições e pessoas, como por exemplo: igrejas, opiniões familiares, meios de comunicação (TV, Rádio, Internet) ampla influência nesse processo. Foi justamente devido a esses outros espaços de influência, os quais os estudantes frequentam, que levaram este trabalho a considerar esses centros educacionais como um lugar que ultrapassa o ensino formal das salas de aula, estando ligado a uma rede de relações que ocorre em seu interior durante a rotina escolar.

Pensando nisso, foi empreendida uma pesquisa para entender um pouco como as escolas de Caicó discutem com seus alunos as questões referentes ao patrimônio cultural

dessa cidade, tentando direcionar o foco da discussão para a Casa forte do Cuó. Essa análise das escolas e suas metodologias pedagógicas mostraram-se necessárias, pois esse centro tem como dever apresentar e explicar aos estudantes elementos de sua cultura, história e patrimônio para assim torná-los pessoas críticas e conhecedoras de suas origens. Para realizar tal análise, foram empregados dois métodos: a História Oral e a História Serial.

Primeiramente, foram promovidas entrevistas com quatro professores da rede pública e privada, que trabalham com o ensino Fundamental e Médio e lecionam (ou lecionaram) nas escolas de Caicó nos componentes curriculares de História e/ou Geografia. Os docentes que colaboraram com as entrevistas foram: Max Ribeiro de Faria, 55 anos de idade, lecionando há 33 anos; Esmeraldina Maria de Medeiros, 46 anos de idade, lecionando há 21 anos; Sueli Araújo, 50 anos de idade, lecionando há 29 anos; e Jefferson William Medeiros da Fonseca, 27 anos de idade, lecionando há 8 anos.

O objetivo dessas entrevistas era tentar vislumbrar através dos relatos desses professores como eles trabalham o contexto histórico do Rio Grande do Norte e de Caicó, considerando quais seriam os fatores que convergem ou divergem para cumprir essa tarefa. A escolha das disciplinas de História e Geografia em particular ocorreu devido às duas estarem ligadas em seu conteúdo à discussão dos acontecimentos históricos, sendo da competência delas – mais especificamente da disciplina de história – ministrarem aulas que envolva tanto o contexto geral do processo de desenvolvimento histórico: com assuntos mais gerais, tratando do Brasil e o mundo, como uma abordagem mais específica: apresentando, por exemplo, a história do Estado ou região. Considerou-se que, através do estudo desses temas a Casa forte do Cuó deve, ou pelo menos deveria ser discutida em algum momento, já que está intimamente ligada na formação de Caicó como do RN.

A metodologia utilizada nessa etapa foi o da História Oral, que permitiu a construção das fontes através da gravação das entrevistas concedidas pelos professores. Todos os áudios colhidos foram devidamente transcritos e repassados para a leitura dos entrevistados, que autorizaram o uso nesta pesquisa através da carta de secção. As maiores dificuldades encontradas nesse procedimento foi conseguir encontrar horários que fossem viáveis para ambas as partes: tanto entrevistador como entrevistado; devido a esta dificuldade em alguns dos casos ocorreram conflitos de horários, ou mesmo a remarcação das entrevistas para outro momento mais conveniente, porém nada disso tornou esta uma atividade exaustiva.

O segundo método utilizado se consistiu na aplicação de questionário para alunos do 6º ano do Ensino fundamental até o 3º ano do Ensino Médio. O ponto pretendido com esse questionário era saber se esses estudantes conheciam ou tiveram algum contato com a Casa

forte do Cuó. Caso conhecessem, interessava saber quem teria sido o intermediário que os apresentou a esse patrimônio. As outras questões inquiridas aos colaboradores foram relacionadas ao relato mítico da formação de Caicó e a uma pergunta subjetiva, de como eles acreditavam que Caicó havia surgido. As respostas dadas por esses discentes foram todas analisadas e organizadas de maneira a produzir séries e formar quadros que, quando cruzados, permitiram fazer algumas interpretações sobre a relação desse grupo para com a Casa forte do Cuó.

3.1 Trabalhando com as entrevistas e os questionários

Para conseguir a participação dos alunos contamos com a ajuda de dois dos professores entrevistados: Esmeraldina Maria de Medeiros, Jefferson William Medeiros da Fonseca e de um terceiro colaborador: Joalissom Rodrigo da Silva. Eles se dispuseram a aplicar os questionários para suas turmas, que culminou com o apoio de 199 alunos. No momento de responder a esse questionário os estudantes não tiveram nenhuma ajuda ou explicação prévia dos professores sobre as questões ali contidas, sabiam eles apenas que a finalidade dessa atividade era direcionada à confecção desta pesquisa, não sendo obrigatória a participação e sem riscos de acarretar qualquer prejuízo ao seu currículo escolar.

O motivo de esses participantes não receberem nenhuma orientação dos professores antes da aplicação dos questionários era para que as respostas fossem as mais espontâneas possíveis, contando os alunos apenas com o conhecimento que já dispunham antes da execução dessa atividade. Segundo Joalissom Rodrigo da Silva, alguns de seus alunos, depois de responderem ao questionário, passaram a indagar sobre a Casa forte do Cuó, pedindo aos professores explicação a respeito dessa estrutura. Isso mostra que tal atividade aguçou a curiosidade desses jovens em relação a este tema.

Em posse dos questionários respondidos o próximo passo foi ler cada um deles e constatar recorrências e divergências nos discursos ali contidos. Com essa análise, foi possível dividir em grupos as respostas e formar séries que foram ilustradas através de gráficos, que possibilitaram interpretar esses resultados e entender a ligação desse grupo de estudantes com a Casa forte do Cuó e qual foi o papel da escola nessa relação.

É importante ressaltar que a utilização de gráficos para ilustrar os resultados dos questionários não se limitou apenas a uma apresentação de números ou estatísticas, tal como trabalha a História Quantitativa; a meta almejada foi a de formar séries de respostas cujas constâncias pudessem ser classificadas em grupos, para depois serem interpretadas e

problematizadas assim como faz a História Serial, que trabalha analisando e desenvolvendo os resultados obtidos, e não somente apresentando tabelas.

A participação dos alunos através desses questionários foi importante, pois serviu como amostragem para entender qual a relação do caicoense e a Casa forte do Cuó, já que esses jovens são parte desta sociedade, vivendo e reproduzindo sua cultura, estando intimamente ligados a esse povo. Além disso, viabilizou um diálogo com as entrevistas concedidas pelos professores, tornando possível o cruzamento das informações e despolarizando esta discussão.

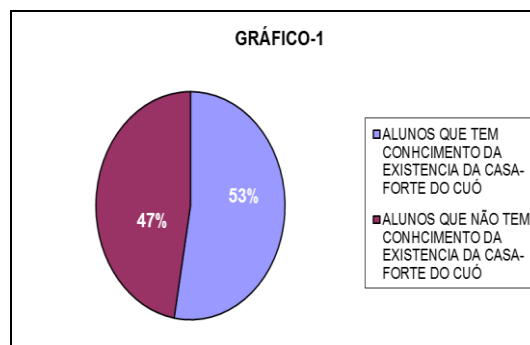
A partir das entrevistas e dos questionários foi possível visualizar algumas das maneiras de como a Casa forte do Cuó é trabalhada dentro das instituições escolares de Caicó e qual é o papel delas na divulgação desse patrimônio para o caicoense.

3.2 A discussão do patrimônio cultural nas escolas entre professores e alunos

O questionário em questão era formado de oito perguntas, sendo seis delas subjetivas e duas objetivas. As primeiras três questões procuravam vislumbrar se a Casa forte do Cuó é conhecida por esses alunos; assim foram perguntados detalhes como: a localização desse patrimônio, pedindo para que fosse especificada a cidade ou região onde essa estrutura se encontra. Foi inquirido também se esses estudantes já haviam visitado esse patrimônio em algum momento, pedindo detalhes sobre a circunstância que os levaram a fazer tal visita.

O primeiro gráfico gerado através das respostas foi intitulado de **Gráfico-1**, e formado a partir do total de alunos que participaram do questionário (199). Ele representa o número de estudantes que afirmaram conhecer e desconhecer a Casa forte do Cuó, apresentado de maneira objetiva na figura

GRÁFICO-1: Que conhecem ou não, a Casa forte do Cuó.



Fonte: Elaborado pelo autor.

De 100% (199) dos alunos participantes, 53% (105) afirmaram conhecer essa estrutura, isso mostra um número bastante expressivo e inesperado, pois, se levar em conta que existe um consenso que considera esse patrimônio pouco conhecido pelo caicoense, era de se imaginar que o saldo tendesse a uma parcela maior de indivíduos que desconhecem este patrimônio. Trabalhos como os de César da Silva, Vagner Silva (2013), Pereira júnior (2013) e a percepção dos professores entrevistados realçam esse desconhecimento dos caicoenses; para exemplificar, alguns trechos das entrevistas que tocam essa questão: “Na verdade, eu acredito que não. Ainda falta muita informação.”⁸, “Eu acredito que a maioria da população não [conhece]. Olha quem próximo, conhece e quem mora nas proximidades ou então através das escolas né? [...]Mas se a escola não incentivar [...]”⁹; “Não, ela não é... pelo fato de ser apenas um alicerce ela não é conhecida.”¹⁰; “Não. A maioria do povo não sabe nem o que é isso”¹¹. Podemos ver que as opiniões convergem sobre esse desconhecimento, o que levaria a esperar um resultado oposto ao aqui apresentado. Essa divergência entre as expectativas e os fins levou esta pesquisa a refletir a respeito da causa que poderia minimamente explicar tal fenômeno.

Por meio do comentário tecido por Sueli, logo acima, a primeira percepção que se pode levantar dessa situação foi visualizada. A professora ao realçar em seu discurso a atuação da escola na difusão da Casa forte do Cuó, destaca um motivo que pode ter acarretado esse desacordo; ela aponta um fator pertinente, que esclareceria em partes a divergência entre as expectativas e o resultado obtido no **Gráfico-1**. Se todos os participantes do questionário eram estudantes, podemos acreditar que, por intermédio dos centros escolares, os estudantes tenham conhecido a Casa forte do Cuó.

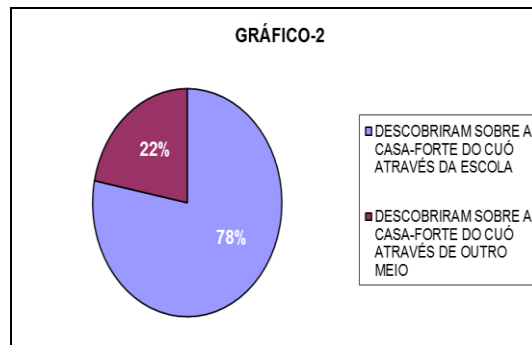
Essa hipótese se torna mais contundente quando observamos os resultados obtidos com outra questão. Perguntamos aos participantes por intermédio de quem eles teriam tomado conhecimento sobre a existência da Casa forte do Cuó. A maior parte das respostas convergiu para um único responsável.

⁸ Esmeraldina Maria de Medeiros, 46 anos; entrevista: mai.2015

⁹ Maria Sueli de Araújo Nóbrega, 50 anos; entrevistada: set.2014

¹⁰ Jefferson William Medeiros da Fonseca, 27 anos; entrevista: set.2014.

¹¹ Max Ribeiro de Faria, 55 anos; entrevista: ago.2014

GRÁFICO-2: Como conheceram a Casa forte do Cuó.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No **Gráfico-2** a maioria dos alunos, que afirmaram conhecer a casa forte, tomou conhecimento a seu respeito através de sua escola, 78% (82). Tais respostas mostram que a participação da escola para a difusão da Casa forte do Cuó é muito relevante, tendo mais de $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos estudantes entrevistados, que detinham alguma informação sobre ela, descoberto por intermédio desses centros educacionais. Os outros 22% (23) correspondem aos estudantes que conheceram esse patrimônio por outro meio; a maior parte desse segundo grupo alegou ter conhecido a casa forte por influência de familiares ou amigos.

Constatamos também que esses 22% moravam no bairro Penedo, nas proximidades da casa forte. Isso nos leva a cogitar outra possibilidade, que implicaria dizer: ao residirem tão próximas a esse patrimônio, as famílias desses estudantes podem ter tomado conhecimento desse sítio histórico, e assim comentado ou visitado com os jovens em questão. Porém, nada se pode dizer de concreto a respeito dessa segunda possibilidade, pois seria necessário um trabalho em campo, entrevista dos moradores daquele bairro, para tornar mais consistente essa afirmação.

E claro, os alunos que afirmaram conhecer a Casa forte do Cuó poderiam estar equivocados, confundindo essa estrutura com algum outro patrimônio, caso que poderia invalidar o resultado do **Gráfico-1**. Entretanto, consciente dessa possibilidade, outra pergunta foi elaborada no momento da construção do questionário, justamente para evitar esse problema. Para ter certeza de que esses alunos não estariam equivocados em relação à Casa forte do Cuó, e que estavam se referindo mesmo às ruínas do sítio Penedo em Caicó, foi perguntando se eles sabiam a localização desse patrimônio, pedindo que se possível, dissessem o estado, município ou região onde a casa forte se situava. Isso nos permitiu identificar quais os participantes realmente conheciam essa estrutura, restando então os 53% apresentados. Todos os que erraram a localização, apontando outro estado ou cidade foram

inseridos no grupo dos que “não detinham conhecimento sobre a Casa forte do Cuó”. Vemos dessa forma o papel da escola na difusão da Casa forte do Cuó.

Note-se então que as atividades empreendidas nas escolas têm um relevante papel nessa aproximação entre os estudantes e o seu patrimônio cultural. Uma das principais dinâmicas utilizada pelos professores para realizar essa interação entre estudante e patrimônio, ocorre através das visitas. Sueli Araujo e Jefesson William Medeiros da Fonseca, em nossa entrevista, mencionaram já terem visitado com seus alunos as ruínas da Casa forte do Cuó

[...]várias turmas foram comigo, tive de visitar a Casa do Cuó... deixe eu ver... A igreja de Sant’Ana né que tem toda parte importante, tanto histórica como a religiosa, a... ai meu deus, a-aquela rua... Avenida Seridó, o Casario né isso... também, é... as partes... Mercado público, Igreja do Rosário, até a Ilha de Santana né...eheheh o que dava pra visitar que ficava mais fácil acesso nós visitamos.¹²

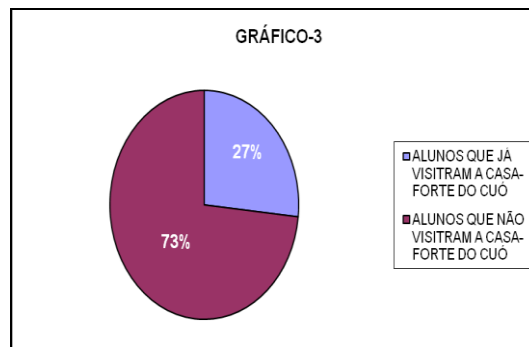
Na realidade, eu procuro ir na prática, eu levo os alunos nos locais. É... os alunos do Ensino Fundamental é... eu levei no caso na Casa Forte do Cuó é-é antiga Casa Forte do Cuó, que na realidade só tem um alicerce lá é... eles não têm mais do que essa demarcação [...] lá eu explico é... a origem de Caicó[...]procurou levar sempre que possível nos locais é... lá no forte do cuó, na Igreja de Sant’Ana, Igreja do Rosário, então procuro levar sempre é... nesses pontos considerados pontos turísticos da cidade.¹³

Isso mostra que esses professores procuram empreender atividades para familiarizar esses cidadãos com o seu patrimônio, realizando uma importante iniciativa para a educação patrimonial desses estudantes, pois transmitem a relevância dos bens culturais existentes em sua cidade, mostrando qual é o papel de Caicó no contexto histórico nacional. Sem essa ação dos professores provavelmente a estimativa aqui apresentada no **Gráfico-1** seria muito abaixo desses 53%. No entanto, não devemos cair na ilusão de que somente este trabalho dos professores seja o suficiente para tornar esses estudantes conscientes da existência e relevância de seu patrimônio cultural.

O gráfico que apresenta a cifra onde mais da metade dos participantes conhecem a casa forte pode nos levar a imaginar que esses alunos já tenham visitado esta área pelo menos uma vez, tendo em vista que todos são residentes de Caicó; porém, ao questioná-los a respeito de possíveis visitas a esse espaço o seguinte resultado foi obtido:

¹² Maria Sueli de Araújo Nóbrega, 50 anos; entrevistada: set.2014.

¹³ Jefferson William Medeiros da Fonseca, 27 anos; entrevistado: set.2014

GRÁFICO-3: Visitas a Casa forte do Cuó.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O **Gráfico-3** mostra que mesmo conhecendo sua localização, 73% (77) desses alunos nunca visitaram a Casa forte do Cuó. Esse fenômeno pode muito bem estar ligado aos problemas que foram apresentados no capítulo anterior, onde discutimos a falta de ações por parte dos Poderes Públicos (Prefeitura Municipal e Câmara dos Vereadores) para desenvolver o potencial turístico desse espaço, pois até mesmo a própria população da cidade raramente visitou esse local, isso pode ocorrer justamente mediante a essa falta de acessibilidade e de incentivo, fazendo a população se afastar dessa área.

Um dos nossos professores entrevistados, Max Ribeiro de Faria, que nasceu e mora em Caicó até hoje, e que trabalha com seus alunos temas relacionados à Casa forte do Cuó, confessou na entrevista: “Não, nunca visitei. Nunca fui lá no local.”. É possível que falte alguma ação que atrai a atenção do caicoense para esse patrimônio; se uma pessoa que detém informações sobre tal estrutura e trabalha sobre ela em aula como o professor Max nunca visitou essa área, é de se imaginar que a mesma estaria inacessível para outros habitantes que nem sequer sabem da existência desse patrimônio.

O nosso entrevistado, Jefferson William Medeiros da Fonseca, acredita que um dos possíveis fatores que leva a população de Caicó a não se interessar por esse patrimônio histórico seria a pouca quantidade de vestígios materiais. Fonseca diz isso, pois da casa forte e da capela restaram somente os alicerces, motivo que para ele torna a visita a esta área pouco interessante aos cidadãos e turistas: “Estando só o alicerce, pouquíssimas pessoas vão sair da sua zona de conforto e vão lá querer conhecer “Ah! aqui começou Caicó, aqui é nossa... nossas raízes”.¹⁴ Mas se pensarmos nas palavras ditas por Choay “[...] ele [o patrimônio histórico] transcende as barreiras do tempo e do gosto” (CHOAY, 2001, p.98). Poderíamos discordar do pensamento do professor, pois o que definiria o atrativo não seria a

¹⁴ Jefferson William Medeiros da Fonseca, 27 anos; entrevista: set.2014

sua imponência arquitetônica, mas sim, o sentimento que é criado pelo possuidor para com seu patrimônio. Talvez o que pese mais seja a falta de um desenvolvimento turístico e um incentivo através de políticas públicas para apresentar esse patrimônio ao caicoense.

Fonseca aponta uma possível solução para resolver a situação de “distanciamento” que se julga existir entre o caicoense e a casa forte. De acordo com ele, seria preciso empreender parcerias entre a UFRN e os Poderes Públicos Estaduais e Municipais.

Deveria existir uma parceria, uma parceria entre a universidade, entre a prefeitura, entre também o poder estadual. Então, através dessa parceria nós iríamos ter pessoas capacitadas, que essas pessoas capacitadas poderiam tá trabalhando como é... guias turísticos e essas pessoas iriam é apresentar à sociedade. Mas lógico, sem a existência de parcerias, sem o apoio financeiro também da sociedade priva-- da-da das empresas privadas, não va--- teremos condições de uma-um grupo específico fazer sozinho isso. Deve haver parcerias.¹⁵

Essa sugestão de Fonseca nos leva novamente a um ponto comentado no capítulo anterior, onde citamos na Lei Municipal nº 3.952/2002, mais especificamente os Art. 5º e 6º, que destacam a possibilidade de tais parcerias. Não conhecendo sequer esta lei de tombamento da casa forte, Fonseca apresentou uma alternativa totalmente viável, que é assegurada por lei, e poderia quebrar uma das barreiras que afastam o caicoense do seu patrimônio. Vemos, com as palavras desse professor, que a falta de políticas públicas para a preservação do patrimônio de Caicó é sentida pelos profissionais da área de educação, faltando somente o Poder Público começar a atuar nessa perspectiva. Como comenta Faria, “Não adianta ter patrimônio, ser tombado, se não tem proteção.”¹⁶

Voltando mais uma vez ao **Gráfico – 1**, vemos que, embora a maioria dos alunos tenham afirmado conhecer a casa forte, existe ainda uma quantidade considerável de 47% que não detém conhecimento algum a respeito dela, mostrando que, mesmo com um papel atuante dos professores para difundir a história e a Casa forte do Cuó, isso ainda não é o suficiente para que se conscientize uma quantidade significativa de alunos.

Acreditamos que isso possa ser explicado devido às dificuldades que os educadores enfrentam para ministrar suas aulas, como por exemplo: o período reduzido das aulas de História e Geografia, a falta de disciplinas com foco em história da cidade (de Caicó) e do Estado (RN) e a inexistência de materiais didáticos (apostilas, livros) dedicados a esses últimos dois temas. Somado a tudo isso, existe o ENEM e sua proposta de uma prova com questões de história mais gerais, que modificou a forma de algumas escolas trabalharem a

¹⁵ Jefferson William Medeiros da Fonseca, 27 anos; entrevista: set.2014

¹⁶ Max Ribeiro de Faria, 55 anos; entrevista: ago.2014

história regional. Acreditamos que todos esses elementos dificultam o trabalho dos educadores em relação à apresentação dos temas históricos mais locais e na discussão do patrimônio cultural da cidade desses estudantes.

3.3 As dificuldades de trabalhar a história e o patrimônio cultural de Caicó em sala de aula

A baixa carga horária das aulas de história e o vastíssimo conteúdo que esse componente curricular abarca, acaba por promover cortes nos temas a serem ministrados durante o ano letivo. Analisando as entrevistas dos professores, constatamos que grande parte desses cortes ocorre em assuntos relacionados à história do RN e de Caicó. Para que uma população valorize seu patrimônio cultural é preciso que ela conheça sua importância e sua história, pois a partir do momento em que se entende o papel desse bem surge vontade de preservá-lo.

A escola, como até agora apresentada neste texto, mostra-se atuante na comunicação entre o cidadão e o seu patrimônio cultural, mas, para que esse diálogo aconteça de maneira efetiva, é preciso que as disciplinas que ministrem um conteúdo menos abrangente, relacionados à história do Estado – no caso em questão história do RN – e uma mais local, como exemplos disciplinas de história ou cultura de Caicó sejam realmente aplicadas.

Os componentes curriculares específicos, focados em uma dada região, podem ajudar o aluno a conhecer mais de sua história e assim compreender os elementos culturais que o cercam e o motivo de preservá-los. Claro, estas disciplinas que trabalham com temas históricos do RN e de Caicó devem sempre ser contextualizadas com assuntos mais abrangentes, como a história do Brasil e do mundo para possibilitar ao aluno entender o contexto histórico da sua região como parte de um todo e não como um elemento à parte.

Os professores entrevistados também concordam com a necessidade de uma maior atenção para disciplinas de História do RN e de Caicó, apontando algumas dificuldades vividas por eles quando tentam apresentar tal temática para seus alunos. Temos aqui um trecho da entrevista com Sueli Araújo

Deveria sim, haver um maior enfoque em sala de aula. É... os nossos livros não ajudam, não traz nada destacado sobre o Estado. Então, quando nós trabalhamos a parte do Rio Grande do Norte [...] a gente tem que procurar textos complementares que vai ajudar o aluno de alguma forma a ligar a nossa história mais local dentro do contexto da História Brasil e Mundial.¹⁷

¹⁷ Maria Sueli de Araújo Nóbrega, 50 anos; entrevistada: out.2014.

Em sua fala, Sueli Araújo apresenta justamente a carência de um maior foco no assunto de história do Estado, exatamente como já vínhamos comentando no decorrer deste texto; ela também relata sobre a dificuldade de encontrar materiais didáticos que auxiliem nessa tarefa, onde o professor se quiser fornecer aos seus alunos algum material de consulta, tem que buscar textos na internet, produzir apostilas ou trabalhar com livros defasados sobre estes temas. Assim, devido à falta de recursos para ministrar tal conteúdo os professores e alunos acabam desestimulados. A inexistência de material didático é apenas uma das barreiras encontradas pelos docentes para ministrarem tal conteúdo, a exclusão de disciplinas especializadas nesses temas constitui outro empecilho.

Sueli Araújo e Max Ribeiro de Faria durante as entrevistas disseram que existiam disciplinas que discutiam especificamente a história, a geografia e a cultura do Rio Grande do Norte

Quando eu trabalhava cultura do Rio Grande do Norte, então, a gente destacava mais a História do Rio Grande do Norte que inclusive era 1º (primeiro) Ano do Ensino Médio. Então, justamente, a gente trabalhava mais a parte histórica pra ver se o aluno pelo menos uma vezinha no Ensino Médio, tinha mais acesso um pouquinho da História do Rio Grande do Norte¹⁸

[...] a Secretaria de Educação do Estado, ela tira... ela coloca... a gente chama matéria ou disciplina... e tira... tem ano que está na grade, tem ano que tira. Por exemplo, economia do Rio Grande do Norte, aí tem ano que tem, tem ano que não tem. Tem ano que tem nas três séries, tem ano que não em nenhuma. Agora mesmo não tem, em nenhuma, a economia. História do Rio Grande do Norte aparece de vez em quando, mas não está no currículo. Na minha opinião, deveria estar.¹⁹

Podemos perceber através dos depoimentos dos professores que eles procuram meios de ministrar de alguma maneira o conteúdo de História do RN ou local, buscando fazer pontes tanto nas aulas de História e Geografia como através de disciplinas de Cultura ou Economia do RN por eles citadas; todavia, como Sueli relata: [...] fazia parte do currículo só que já foi... é... tirado né... Cultura do Rio Grande do Norte. Então, mais uma vez foi tirado e deixado de lado [...] ²⁰, essas disciplinas são inconstantes, aparecendo e sumindo do calendário letivo escolar.

¹⁸ Maria Sueli de Araújo Nóbrega, 50 anos; entrevistada: set.2014.

¹⁹ Max Ribeiro de Faria, 55 anos; entrevistado: ago.2014

²⁰ Sueli Araújo, 50 anos; entrevistada: out.2014

O corte de componentes curriculares muito possivelmente acontece devido à grade curricular não estar conseguindo comportar tudo, devido ao tempo que além de ser curto para ministrar de maneira adequada todos os conteúdos, ainda sofre com os atrasos que as greves constantes proporcionam. Dessa maneira, para dar espaço a outros temas, por vezes as disciplinas voltadas para o contexto do estado, cidade e cultura são abandonadas, deixando uma carência na vida escolar desses alunos. Mas o que levaria estas disciplinas em específico serem selecionadas dentre tantas outras para serem removidas desse currículo? Acreditamos que uma dessas causas pode ser o Exame Nacional do Ensino Médio mais conhecido como “ENEM”.

Nos últimos anos, o ENEM passou a ser o principal processo seletivo para ingressar nas faculdades e universidades de todo o Brasil. Além de ser a porta para inserção ao Ensino Superior esse exame também pode ser utilizado para obter certificado de conclusão do “Ensino Médio”, adentrar no “Programa Universidade Para Todos” (PROUNI) e participar do programa “Ciências sem Fronteiras”. A ideia com o ENEM é, ao invés de fazer provas seletivas setorializadas em cada Estado, o aluno faz uma única avaliação, em nível nacional, cuja nota pode ser usada para adentrar em qualquer instituição que utilize desse método como critério de disputa; isso torna o processo seletivo mais homogêneo e facilita o acesso dos estudantes às universidades, já que em tese eles poderão concorrer a uma vaga em qualquer centro acadêmico do país, fazendo apenas uma prova, sem ter que se locomoverem para o Estado da instituição que deseja entrar.

Essa característica de exame em nível nacional do ENEM tem seus méritos, pois desburocratizou e facilitou alguns aspectos da entrada na academia, mas os prejuízos que ele trouxe para o ensino de história do Estado e local foi grande. Como é um exame nacional, ele tem que trabalhar conteúdos que estejam acessíveis a todos do Brasil, não podendo priorizar uma região com perguntas específicas daquele espaço, assim não pode haver assuntos relacionados à história de um Estado em específico, pois acabaria em tese dando vantagem aos participantes da região abordada. Desta maneira o conteúdo histórico tem que ser o mais abrangente possível, relacionado aos temas do Brasil e do mundo.

Durante as entrevistas indagamos aos professores sobre o ENEM e a sua influência no ensino de História do RN e local. As respostas foram quase unânimes em apontar este exame como um problema para a apresentação deste conteúdo, alegando que induz o afastamento do aluno com a história da sua região.

[...]Sim, a-afasta e também tem a questão é-é do Ensino Médio. Os professores eles são mais voltados [...] pra fazer com que o aluno tenha uma nota boa no Enem.

Então, meio que deixa de-de dá valor, deixa de dar oportunidade à História Regional no Ensino Médio principalmente o-o pré... os alunos do pré do Terceiro Ano e foca mais história... a história tradicional que é o que cai na prova do Enem.²¹

[...] dificultou muito, porque aí mais uma vez se a História do Rio Grande do Norte que já não era tão focalizada né isso já era deixado de lado, agora é que é deixada mesmo, porque no Enem nada dessa história é cobrada, então os alunos vão deixando cada vez mais... de lado e vendo que “não tem tanta importância porque não cai no Enem. “Então não vou estudar”.”²²

O que podemos entender com os relatos dos professores é que o ENEM transformou os assuntos relacionados à história regional em “secundários”, pois como suas questões não são abordadas nesse exame, torna esses itens dispensáveis para se obter êxito neste teste, levando alguns professores e alunos a ignorarem tal conteúdo de sua agenda de estudo. Esse afastamento da matéria da história do Estado, concomitantemente leva a um desinteresse para com o passado da cidade, causa que dificulta o papel da escola de difundir a cultura local.

E claro, mesmo que o ENEM não cobre esse tipo de conteúdo, as escolas podem optar por abordar tais assuntos como patrimônio, história do Estado e local com seus alunos, assim como fizeram os quatro docentes aqui entrevistados; entretanto, essas iniciativas parecem partir mais do educador do que da instituição escolar, que ultimamente parece estar mais interessada em colocar o aluno na universidade do que com a formação desses indivíduos enquanto cidadãos pensantes e conscientes.

Um caso que pode ilustrar como algumas escolas estão mais interessadas no “bom resultado no ENEM” do que com a educação cultural e cívica dos estudantes é o episódio que ocorreu com o professor Jefferson William Medeiros da Fonseca. Preocupado com a instrução dos seus alunos em relação às questões patrimoniais, Fonseca pediu como livro complementar para suas aulas o volume “Preservando o Patrimônio”; mas, segundo esse docente, essa escolha foi inicialmente questionada pela direção da escola: “[...] quase que não era feita... [...] a escola ainda bateu... eu digo não, aí eu tive que argumentar a importância do patrimônio, a importância de começar de cedo esse trabalho pra poder ser aceito o livro. [...]”²³ o professor ainda nos relatou qual o livro que a direção tinha em mente; eles queriam um que fosse “Voltado no caso pra história grega, história egípcia, é... Roma, alguma coisa do... que trabalhasse no sexto ano...”.

²¹ Jefferson William Medeiros da Fonseca, 27 anos; entrevistado: set.2014

²² Maria Sueli de Araújo Nóbrega, 50 anos; entrevistada: set.2014.

²³ Jefferson William Medeiros da Fonseca, 27 anos; entrevistado: set.2014

A intenção da direção da escola de escolher um livro que tratasse da história grega, romana e egípcia apresenta mais uma situação onde o conteúdo eleito acaba sendo o que poderá cair na prova do ENEM ou algo que o valha. Esse caso nos mostra como o ensino está se tornando “funcional”, pois normalmente é preferível priorizar elementos das culturas exteriores a conscientizar os estudantes sobre a importância de preservação de seu próprio patrimônio. Dessa maneira, podemos ver que a estrutura curricular parece estar se fechando para os assuntos que discutem a história e a cultura local e do Estado, focando seus esforços e tempo para atender às necessidades de um teste.

Não podemos esquecer que, desde quando o vestibular era a principal porta de entrada para o Nível Superior, as escolas sempre priorizaram a aprovação dos alunos nesses exames, não sendo esse um fenômeno exclusivo do ENEM. Um dos motivos que levam os centros escolares a buscar esses “altos níveis de aprovação” de alunos no vestibular ou ENEM ocorre pelo “prestígio” que se ganha, pois, quanto maior o número de estudantes aprovados maior seria a credibilidade dessa instituição que os formou.

No entanto, o ensino não pode ser qualificado como “bom” ou “ruim” unicamente pelas estatísticas de aprovações em tais testes, pois a educação que a escola deve proporcionar ao aluno tem que ir além do aprendizado do conteúdo de Matemática, Física, Biologia e História; é dever desses centros trabalhar com a cultura e as questões sociais que envolvem a vida desses alunos, para torná-los cidadãos conscientes dos seus deveres e direitos na sociedade. Buscar a aprovação dos alunos nesses exames não é um erro da instituição escolar, muito pelo contrário, é um dos papéis dela, entretanto, não deveria relegar o estudo de algumas temáticas somente pelo motivo de uma prova em questão não necessitar delas.

Divergindo de algumas posturas que vêm ocorrendo nas escolas, ultimamente, os professores: Sueli Araújo e Max Ribeiro de Faria acreditam que deveria haver uma reformulação no currículo escolar e na prova do ENEM.

Olha, eu acredito que o currículo deveria ser reestruturado né, que fosse inserido de fato e cobrado mesmo dentro da disciplina. [...] porque se não cobrar isso, se deixar assim à vontade como as coisas acontecem, então não funciona, tem que tá lá exposto no papel que aquilo seja cobrado de verdade.²⁴

Eu acho que um país desse tamanho, no mínimo poderia ser ter uma prova regional, [...] Porque nacional, eu acho que fico meio complicado. Vamos dizer assim, um ENEM para o nordeste, talvez, não sei, né. Mas um ENEM pra o país todinho, eu acho complicado.²⁵

²⁴ Maria Sueli de Araújo Nóbrega, 50 anos; entrevistada: set.2014

²⁵ Max Ribeiro de Faria, 55 anos; entrevistado: ago.2014

Essa reformulação do currículo escolar sugerida por Sueli e a adaptação da prova do ENEM apontada por Max são alternativas para que o estudo da história do Estado, local e cultural não seja relegado, mostrando que esses docentes se importam com a formação de seus alunos e que veem a necessidade de eles aprenderem sobre estes assuntos na escola. As ideias sugeridas pelos docentes podem não ser a solução desse problema, mas nos levam a refletir sobre o que poderia ser feito para melhorar esta área da educação escolar.

Como a história da Casa forte do Cuó está intimamente ligada às disciplinas de história do RN e de Caicó, entende-se que sem a presença desses componentes no currículo escolar os espaços para discutir esse patrimônio tornam-se bastante restritos em sala de aula, podendo ser um dos fatores que teria levado a quantidade de 47% dos alunos, apresentados no **Gráfico-1** a desconhecerem essa estrutura.

Pela coleta e análises das fontes aqui utilizadas, podemos constatar que a escola apresenta a Casa forte do Cuó através de suas dinâmicas, porém percebe que as iniciativas para aproximar os estudantes dessa estrutura partiram mais dos professores do que dos centros escolares, tendo em vista que são os docentes que organizaram visitas com os alunos e que insistem na necessidade de esses jovens conhecerem a sua origem. Todavia, embora exista essa janela difusora, ainda não podemos considerar essas ações operadas nos centros de ensino como uma ampla atividade de educação patrimonial, tendo em vista os problemas que foram relatados pelos professores. Nota-se que este trabalho ainda tem muito a melhorar para que possa existir uma verdadeira conscientização do aluno sobre o seu patrimônio.

De uma maneira tímida, observamos que as escolas apresentam e discutem a Casa forte do Cuó com os estudantes, muito possivelmente este seja o único espaço dentro de Caicó que aborde esse patrimônio (claro, se excluirmos as Universidades), já que, mesmo os alunos tendo contato com outros lugares sociais, a maioria que afirmou conhecer essa estrutura foi por intermédio dos centros educacionais. Esta constatação nos leva a indagar sobre os possíveis fatores que fazem a casa forte ser lembrada somente nas áreas de ensino.

3.4 A ausência da Casa forte do Cuó da memória do caicoense

Mesmo as mobilizações para divulgar e proteger a Casa forte do Cuó sendo mínimas, somente esses fatores não seriam suficientes para fazer esse patrimônio ser tão relegado pela sua comunidade. Este marco da história do Seridó aparentemente não está vivo na memória do caicoense; o monumento que pode ser considerado a pedra fundadora dessa cidade não é celebrada como tal, tendo, aparentemente, a versão do mito de origem maior aceitação da

população. Observando esse quadro, indagamo-nos se a Casa forte do Cuó está na memória coletiva²⁶ desse grupo ou não.

Alguns autores que citamos neste trabalho em capítulos anteriores, como Danilo César da Silva e Joadson Vagner Silva (2013) e Alcides Brito Pereira júnior (2013) dialogaram em seus artigos sobre possíveis motivos que teriam levado este patrimônio a não estar presente na memória do caicoense; os dois primeiros alegam o conceito de “branqueamento” de Ricardo Medeiros Pinto e o segundo atribui ao termo de “Patrimônio incômodo” de Prats.

Os trabalhos em questão apontam possíveis razões para que a Casa forte do Cuó não seja lembrada pela população e relegada ao “esquecimento”. Esses autores acreditam que, na medida em que se tenta esquecer o passado maculado pelo derramamento de sangue dos nativos, a Casa forte do Cuó acabou por desaparecer da memória desta população, devido a ser uma lembrança “incômoda”. Não desconsiderando esses possíveis fatores, lançamos aqui outra possibilidade para explicar o porquê de a casa forte não estar na memória coletiva do caicoense, analisando esse fenômeno através da acepção de “memória e história” tal como Pierre Nora a concebe.

3.5 Casa forte do Cuó: entre a história e a memória

Segundo Pierre Nora, em seu livro intitulado de “Les lieux de mémoire” (1984) a memória e a história seriam duas coisas diferentes. Muito embora possam ser confundidas em um primeiro momento como sendo sinônimos (isso devido ao fato de as duas estarem ligadas ao passado, e tê-lo como matéria-prima), mas, quando observadas pela perspectiva deste autor, esses dois elementos apresentam características bastante distintas. Nas palavras de Nora a memória seria:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993).

²⁶ O conceito de memória coletiva é um conceito cunhado por Maurice Halbwachs. Este autor acreditava na memória como um fato social, onde não poderia existir fora da sociedade e só existia através dela, desaparecendo na medida em que não houvesse um grupo que sustentasse essa lembrança, pois não existiria um “suporte social” que nos auxiliaria na tarefa de legitimar as recordações (CASADEI, 2010, p. 154-156).

Nesse entendimento, o objeto da memória seria um fenômeno constante, que vive através dos indivíduos que a detêm; esses grupos são os responsáveis por passar adiante esse conhecimento, porém, por ser uma expressão espontânea ela não está definida ou cristalizada, sendo passível de mudanças mediante a compreensão de quem a relata. Assim, a memória se inventa e reinventa, acaba e recomeça, podendo dar margens a outras memórias, sendo as alterações sofridas imperceptíveis a essas pessoas (NORA, 1993). Dessa maneira, podemos entender que a memória para Nora seria como os patrimônios culturais “imateriais”, que no decorrer de sua existência perdem e ganham elementos em suas práticas, mas para os que as vivem e repassam o processo é uma eterna continuação, sendo a repetição da mesma expressão que vem desde seus antepassados.

A história já teria outro sentido, esta seria um distanciamento do objeto em si, pois ele estaria no passado, e não teria como ser resgatado ou revivido em sua totalidade, assim como faz a memória. Isso ocorreria porque a história tem a necessidade de problematizar os fatos e ordená-los em uma lógica que possa ser comprovada. Ela sempre procura uma questão a responder, que atende a uma demanda advinda do presente. A história é reflexiva e crítica não se apoiado em lembranças ou “incertezas”. Mais uma citação do autor ajudará a entender essas diferenças

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993).

Partindo dessas palavras de Nora é possível refletir sobre a condição da casa forte e a sua ausência da memória da população de Caicó através de seu entendimento de Memória e História.

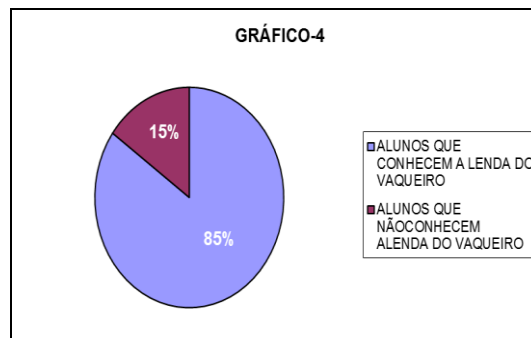
O fato de a Casa forte do Cuó ser majoritariamente difundida através das escolas e pouco discutida nos demais espaços de socialização da vida desses estudantes, mostra que ela não reside na memória do caicoense. Se considerarmos como parte da memória algo que

“emerge de um grupo que ela une”, não conseguiremos visualizar essa característica entre o caicoense e a casa forte; muito pelo contrário, esse patrimônio surge casa forte da memória coletiva talvez seja o fato de ela ter surgido a partir do processo historiográfico e não de um grupo que com ela se identifica.

Como já relatamos neste trabalho, foi a partir da hipótese levantada por Olavo de Medeiros Filho que as ruínas encravadas na Propriedade Penedo foram pela primeira vez consideradas como pertencente à Casa forte do Cuó. Mesmo não tendo formação em História, Medeiros Filho conseguiu trabalhar de forma magistral com a pesquisa e análises das fontes; entretanto, suas conjecturas parecem não ter feito muitos adeptos entre os caicoenses que desconhecem esse patrimônio. Tendo ganhado algum espaço dentro da área acadêmica, os temas relacionados à casa forte parecem não ter excedido às barreiras dessa instituição e chegado ao conhecimento da população de Caicó – com ressalvas ao trabalho desenvolvido pelos professores nas escolas de nível Fundamental e Médio, que parece ser a única ponte que dá vazão desse conhecimento ao público.

Na atual circunstância, as ruínas da Casa forte do Cuó encontram-se muito mais próximas da história do que da memória, se observada de acordo com o entendimento de Nora. Ela agora vive no passado, distante da realidade do caicoense, sua trajetória é narrada por intermédio de um discurso crítico, analisada perante as fontes que existem a seu respeito, as quais dão respaldo às afirmações sobre o seu passado; ela está distante, não pode ser revivida, somente interpretada de maneira fragmentada e nunca totalizante, pois as fontes não possibilitam uma compreensão por inteiro do contexto desse objeto. Isso mostra que o discurso produzido sobre a casa forte está envolvido pelo procedimento histórico, não sendo espontânea e completa como a memória.

Para fazer um contra ponto à situação da Casa forte do Cuó devemos compará-la com algo que habite a memória do caicoense; para isso, escolhemos a lenda do vaqueiro que servirá perfeitamente para ilustrar essa circunstância. Voltando aos questionários, uma das perguntas feitas aos alunos foi se eles conheciam esse mito de origem. O resultado foi que 85% (169) do número total de entrevistados afirmaram conhecer essa versão da origem de Caicó, como apresentado no **Gráfico-4**. Comparando o número de participantes que conhecem a casa forte e comparada com a quantidade de respostas para os que sabem a respeito da lenda do vaqueiro, vemos que os resultados são bem diferentes e esse é só o começo dos contrastes.

GRÁFICO-4: Que conhecem ou não a lenda do vaqueiro.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse número mostra que a lenda do vaqueiro é bem conhecida dos alunos, mas não somente deles, é também difundida em toda a comunidade caicoense, contada em escolas, festas, músicas e literaturas onde, baseados na cultura da cidade, propagam essa versão da origem de Caicó. Assim, não é de se estranhar o expressivo número de alunos que afirmaram conhecê-la, pois, devido ser discutida em outros espaços fora das escolas, esse relato tem mais chances de ser versado.

Uma das manifestações populares em que esse mito de origem está envolvido, onde encontra amplo espaço de divulgação são as festas, mais especificamente a festa da padroeira da cidade, a “Festa de Sant’Ana”. Devido aos moradores de Caicó serem devotos da santa, e a lenda do vaqueiro estar ligada a ela, muitos são os que acreditam nesse relato como a verdadeira versão do surgimento de Caicó, como se fosse uma mostra de sua fé nessa santa. Assim, o vínculo da lenda com Sant’Ana faz com que cada manifestação que a envolva rememore esse mito. Sendo a “Festa de Sant’Ana” uma das mais populares celebração de Caicó, registrada inclusive como Patrimônio Nacional Imaterial, durante o período de sua realização esse mito ganha amplo destaque, sendo contada e recontada, e levando até mesmo os cidadãos que não sejam religiosos a conhecerem a história do boi e do vaqueiro.

Dessa forma, constatamos que a lenda do vaqueiro se enquadra na definição, proposta por Nora, de memória, pois ela está no presente sendo rememorado pelo grupo que a guarda, sobrevivendo a partir das “[...] lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes [...]” (NORA, 1993), sem a necessidade de provas documentais que atestem sua veracidade, sendo narrada livremente pelos moradores de Caicó, que a seu modo recontam essa história. Devido a essa “liberdade”, o mito sofre variações em seu relato, que ocorre de maneira inconsciente através das interpretações e manipulações desse grupo; isso mostra sua natureza múltipla, que está em constante transformação, explicando as variações desse relato, onde alguns detalhes são omitidos, acrescentados ou realçados, dependendo do narrador.

Dito isto, notamos que as diferenças que existem entre essas duas versões da gênese da cidade de Caicó inserem cada uma nos seus respectivos lugares. A Casa forte do Cuó pode ser considerada como História, devido a ter surgido do trabalho historiográfico e ter seu discurso pautado exclusivamente nas fontes, que ratificam sua trajetória até aqui; já a lenda do vaqueiro é memória, pois surge através do povo, que se identifica e forma laços por intermédio desse mito, tendo como paramento para comprovar sua autenticidade somente a crença do caicoense.

Por ser um discurso da história que é pouco difundido em Caicó, a casa forte não consegue um espaço na memória do caicoense. Devemos ressaltar também que, competir com a lenda do vaqueiro pela posição de marco inicial desta cidade é bastante difícil, pois esse mito é repassado por várias gerações que, unidas pela fé ou pela vontade de querer se identificar com um passado “branco e religioso”, repetiram tantas vezes essa versão que acabou por ficar incutida na memória desse grupo.

Enquanto isso, a casa forte só foi descoberta como situada em Caicó durante a década de mil novecentos e oitenta, quando a hipótese de Medeiros Filho obteve repercussão somente no meio acadêmico, e podemos considerar baixa essa repercussão, já que existiam poucas produções acerca dessa estrutura até os anos dois mil. Fazendo uma suposição, poderíamos imaginar que a casa forte possa ter feito parte da memória do caicoense no passado, e como o tempo ficou invisível para esse povo, como uma ação natural da memória; contudo, não existem maneiras de provar esse caso. O que podemos afirmar é que a Casa forte do Cuó atualmente não vive na memória do cidadão caicoense.

CONCLUSÃO

Com as informações adquiridas através das entrevistas e questionários, juntamente com os arquivos encontrados na Câmara dos Vereadores e na Prefeitura do Município de Caicó, podemos ver que a Casa forte do Cuó é discutida dentro das escolas e “protegida” por lei instituída através das ações dos órgãos municipais. Todavia, deve-se destacar que tanto a difusão promovida nas escolas, como as políticas públicas aplicadas pela Prefeitura e pela Câmara dos Vereadores são ainda insuficientes e precárias para atender às necessidades desse patrimônio.

As participações dos Órgãos públicos que foram constatadas são muito tímidas. O que foi encontrado com a pesquisa nos arquivos da Prefeitura de Caicó e da Câmara dos Vereadores em resumo foi a Lei Municipal n° 3.952 e o seu projeto. Fora este documento nenhum outro projeto, lei ou ofício foi encontrado que envolvesse a Casa forte do Cuó, isso durante o período de aproximadamente 14 anos.

Além de não terem surgido novas ações direcionadas à guarda e difusão desse patrimônio, a única lei instituída não está sendo posta em prática. Como mencionamos no primeiro capítulo desta pesquisa, de acordo com a Lei n° 3.952 a área da casa forte deveria dispor de: proteção contra a invasão urbana desordenada, estímulos para ampliar seu potencial turístico, convênios com entidades interessadas que ajudassem tanto no desenvolvimento acadêmico quanto na proteção desse espaço, entre outras medidas que ajudariam na proteção e facilitariam o acesso do caicoense a esse patrimônio. No entanto, nenhuma dessas medidas instituídas por lei são colocadas em prática, havendo assim um completo descaso por parte dos Poderes Públicos para o bem-estar da casa forte.

Dessa forma, compreendemos que a falta de iniciativa das instituições municipais não estimula a aproximação do caicoense com o seu patrimônio, sendo esse descaso considerado por esta pesquisa como um dos fatores que distanciam o caicoense da Casa forte do Cuó.

Na análise das escolas, através dos questionários e das entrevistas com os professores, pudemos ver como essa instituição trabalha na difusão do conhecimento a respeito da casa forte com os alunos. Pelo que foi constatado, os centros educacionais são os principais difusores da Casa forte do Cuó dentro de Caicó, sendo isso visualizado mediante as respostas dos alunos nos questionários, onde indicaram ter ouvido falar pela primeira vez desse patrimônio através desses centros e suas dinâmicas pedagógicas. Entretanto, esse trabalho das escolas ainda apresentou diversas lacunas para tratar não só os temas

relacionados à casa forte, mas como dos demais patrimônios desta cidade. Isso ocorre principalmente por fatores como: baixa carga horária dos componentes de História e Geografia; exclusão de disciplinas focadas na história e cultura do RN e de Caicó do currículo escolar; a falta de materiais para trabalhar essas temáticas, dentro de sala de aula, e o ENEM e sua contribuição para agravar todos esses fatores.

Observados esses elementos, averiguamos a participação das escolas na educação patrimonial dos alunos como sendo crucial, porém vimos que ainda existem muitos empecilhos para que estes centros possam possibilitar aos estudantes uma orientação plena sobre os patrimônios de sua cidade e Estado. Dessa maneira, consideramos que, embora apresente a casa forte, este trabalho tem muitas limitações, que dificultam os estudantes de terem contato com esse patrimônio.

Em união com todos esses elementos aqui apresentados, existe a questão de a Casa forte do Cuó não estar presente na memória do caicoense, e isso acontece devido ao seu relato partir do discurso histórico, e não do seio de um grupo. Na acepção que Pierre Nora coloca, a casa forte faz parte da história e não da memória, motivo que levaria o caicoense a não nutrir sentimentos para com ela.

Com base nos problemas enfrentados, entendemos que a oportunidade de o caicoense ter contato com a Casa forte do Cuó é restrita, situação que induz os cidadãos dessa cidade a não conhecerem seu patrimônio, criando uma barreira nesta relação. As escolas e os órgãos públicos não são os únicos responsáveis por essa circunstância, mas notamos que a ausência ou a pouca participação dessas instituições dificultam a interação entre cidadão e patrimônio. Dessa maneira foi possível compreender nesta pesquisa a Casa forte do Cuó como um patrimônio que não está presente na memória coletiva do caicoense, e que a pouca participação das escolas e dos órgãos públicos influenciam para que essa realidade seja mantida.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, Mario. Casa e portas da memória e do patrimônio. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p.207-224, dez. 2007.

CERRI, Luis Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. **Revista História Regional**, v.6, p.93-112, 2011.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

LEMOES, Carlos A. C., **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo, editora brasiliense s.a., 1981

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Contribuição ao estudo da Casa-Forte do Cuó, Caicó-RN. **Mnene: revista de humanidades**, Caicó, v. 6, n. 13, p.1-17, dez. 2004.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Os Documentos do Cartório de Pombal-PB e sua importância para o entendimento da História Colonial do Sertão do Rio Grande do Norte. **Mnene: revista de humanidades**, Caicó, v. 5, n. 12, p.1-11, nov. 2004.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó**. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1984.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

PELEGRINI, Sandra C. A.. O Patrimônio Cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Patrimônio e Memória: UNESP – FCLAS – CEDAP**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.54-77, dez. 2006.

PEREIRA JÚNIOR, Alcides Brito. Educação para o desenvolvimento da identidade cultural seridoense. **III Colóquio Nacional História Cultura e Sensibilidades**, Caicó, p.27-41, nov. 2013.

PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1998.

SILVA, Danilo César da; SILVA, Joadson Vagner. FRAGMENTOS DE PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: A CASA FORTE DO CUÓ E O (NÃO) ESPAÇO NA MEMÓRIA COLETIVA. **III Colóquio Nacional História Cultura e Sensibilidades**, Caicó, v. 3, n. 3, p.828-841, nov. 2013.

SILVA, Roberto Airon. Arqueologia Colonial: as Casas Fortes (de Pedra) como unidades de defesa e ocupação no Rio Grande do Norte no século XVII. **Mnene: revista de humanidades**, Caicó, v. 6, n. 13, p.1-11, dez. 2004.

SILVA, Roberto Airon. **Uma Arqueologia das Casas Fortes**: organização militar, território e guerra na capitania do Rio Grande - século XVII. 2010. 351 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SOARES, Maria Simone Morais ; MOURA FILHA, Maria Berthilde . Expedições e Arraiais nas Ribeiras de Açu, Piranhas, Piancó, Seridó e Jaguaribe em fins do século XVII. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal/RN. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p.251-262, nov. 2006.

Fontes orais

Esmeraldina Maria de Medeiros, professora de História, 46 anos de idade; mai.2015.

Jefferson William Medeiros da Fonseca, professor de História, 27 anos de idade; set.2014.

Max Ribeiros de Faria, professor de Geografia, 55 anos de idade; ago.2014.

Sueli Araújo, professora de história, 50 anos de idades; out. 2014.

Fontes Judiciais

Projeto de Lei nº 21, localizado na Câmara dos Vereadores; aprovado em: 25 de agosto de 2002

Lei Municipal Nº 3.952, localizada na Prefeitura Municipal; aprovada em 25 de agosto de 2002

ANEXOS**QUESTIONÁRIO**

Nome: _____ Idade: _____

Escola: _____ Escolaridade: _____

Endereço: _____ E-mail: _____

Fone: _____

- 1 - Você já ouviu falar sobre a Casa forte do Cuó? Se já ouviu, em que lugar foi?

- 2 - Você sabe qual é a cidade em que se localiza a Casa forte do Cuó? Onde é esse local?

- 3 - Você já visitou alguma vez a Casa forte do Cuó? Se sim, quando e em qual circunstância?

- 4 - Você já ouviu o relato que diz que Caicó surgiu ao redor de uma capela dedicada a Sant'ana, construída por um vaqueiro em retribuição a um milagre realizado por essa santa, que livrou o mesmo do ataque de um touro bravo?

- 5 - Há quanto tempo você mora em Caicó?

- 6 - Coursou, até este momento, a maior parte de seus estudos em escolas particulares ou públicas?

Particular () Pública ()

- 7 - Você teve aulas de História do Rio Grande do Norte ou História de Caicó durante o ensino fundamental ou médio?

SIM () NÃO ()

- 8 - Como você acha que a cidade de Caicó surgiu?